



**ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**JANINE DEBIASI**

**A BRANQUITUDE E O PAPEL DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO DE  
ASSISTENTES SOCIAIS NA LUTA ANTIRRACISTA**

**CAXIAS DO SUL**

**2024**

**JANINE DEBIASI**

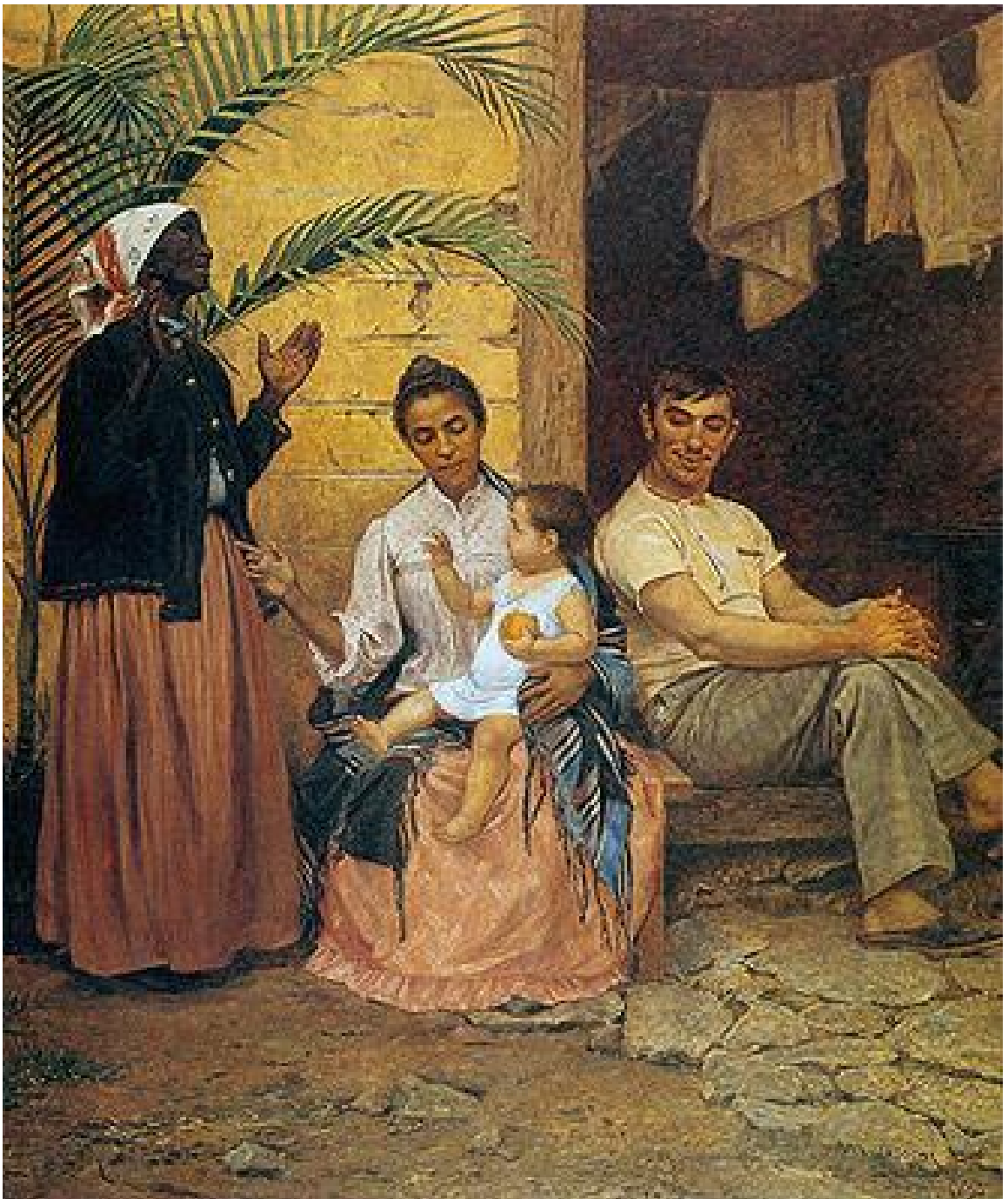
**A BRANQUITUDE E O PAPEL DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO DE  
ASSISTENTES SOCIAIS NA LUTA ANTIRRACISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso, do  
Curso de Serviço Social da Universidade  
de Caxias do Sul

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Paim  
Camardelo

**CAXIAS DO SUL**

**2024**



Obra "A redenção de Cam" , Modesto Brocos, 1895.

### ***Ebulição da Escravatura***

*A área de serviço é senzala moderna  
Tem preta eclética, que sabe ler “start”;  
“Playground” era o terreiro a varrer.*

*Navio negreiro assemelha-se ao ônibus cheio,  
Pelo cheiro vai assim até o fim-de-linha;  
Não entra no novo quilombo da favela.*

*Capitão-do-mato virou cabo da polícia,  
Seu cavalo tem giroflex (radiopatrulha).  
“Os ferros”, inoxidáveis algemas;*

*Ração pode ser o salário-mínimo,  
Alforria só com a aposentadoria  
(Lei dos sexagenários).*

*“Sinhô” hoje é empresário,  
A casa-grande verticalizou-se,  
O pilão está computadorizado.  
Na última página são “flagrados” (foto digital)  
Em cuecas, segurando a bolsa e a automática:  
Matinal pelourinho.*

*A princesa Áurea canta,  
Pastoreia suas flores.  
O rei faz viaduto com seu codinome.*

*(Luís Carlos de Oliveira)*

## ATA DE ARGUIÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Ao primeiro dia do mês de julho de 2024, reuniu-se às 15 horas, no bloco E, sala 116, do Campus da Universidade de Caxias do Sul, a Comissão Examinadora, indicada pelo Colegiado do Curso de Serviço Social desta Universidade, integrada pelos seguintes membros: Dra. Ana Maria Paim Camardelo, Ma. Elizabete Bertele e Prof. Dr. Bruno Silveira Rigon, para realizar a arguição do Trabalho de Conclusão de Curso da Aluna Janine Debiasi, intitulado A Branquitude E O Papel Do Trabalho Socioeducativo De Assistentes Sociais Na Luta Antirracista, tendo por palavras chave racismo, branquitude, Serviço Social e trabalho socioeducativo, contabilizando um total de 64 páginas. Esse trabalho foi orientado pela Profa. Dra. Ana Maria Paim Camardelo e foi previamente entregue à comissão examinadora e avaliado de acordo com os critérios de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso estabelecidos pelo Curso de Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul, obtendo as seguintes notas:

- (a) Nota do Desempenho do aluno no processo de orientação e construção do TCC (peso de 20 pontos): \_\_\_\_\_
- (b) Nota do Trabalho Escrito (peso de 60 pontos): \_\_\_\_\_
- (c) Nota Apresentação Oral e Arguição (peso de 20 pontos): \_\_\_\_\_

- Nota Final (a) + (b) + (c) = \_\_\_\_\_ transformada no código \_\_\_\_\_, conforme Regimento Interno da UCS.

**Comissão examinadora:**

\_\_\_\_\_  
Profa. Ma. Elizabete Bertele

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Bruno Silveira Rigon

**Aluna:**

\_\_\_\_\_  
Janine Debiasi

**Orientadora:**

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Ana Maria Paim Camardelo

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos aqueles que vieram antes de nós e que fizeram da luta coletiva pela justiça social o motor de suas vidas. A todas as mulheres e homens que ousaram transgredir, mas, especialmente, às mulheres que escolheram constantemente lutar contra as amarras de uma sociedade patriarcal que insiste em tentar nos silenciar e moldar conforme seus caprichos.

Agradeço à Janine de quatro anos atrás que ousou apostar em seus sonhos e utopias e também àquela que, ao longo deste percurso, insistiu neles diante das dificuldades, dúvidas e cansaço constante.

Às mestras que me acompanharam, aqui faço menção especial à minha orientadora Dra. Ana Camardelo que tantas vezes, inclusive antes dessa etapa final, foi inspiração, instigação e, por vezes, acolhimento. Obrigada, Profa., por ser leveza e afeto em cada palavra! Também às Dras. Laís Duarte e Heloísa Teles, que me instigaram a fazer desta a minha profissão e que foram minhas professoras antes mesmo de serem de fato.

Às colegas de curso, especialmente àquelas “cansadas”, assim como eu, Carol, Fernanda e Dilneia. Meninas, vocês me mantiveram firme e me fizeram sentir acolhida e pertencente nos momentos mais desafiadores. Levo cada abraço, risada e acalento no coração e quero vocês para a vida!

A todas e todos aqueles que estiveram ao meu lado durante esse período, tenha sido de forma breve ou contínua. Aqui faço menção especial à minha família que foi compreensiva com a minha ausência e que também foi escuta e acolhida sempre que precisei. Não poderia deixar de mencionar também quem supervisionou meu percurso de estágio e que aos poucos se tornou também uma amiga querida. Lívia, obrigada por, além de compartilhar seus conhecimentos e experiências, ser alegria nos meus dias, por me fazer sentir acolhida e abraçada a cada tropeço e acerto. Às colegas de FAS, mulheres incríveis que marcaram minha trajetória profissional, a quem admiro e em quem me inspiro e que, ao longo destes quatro anos foram também suporte e compreensão.

Dedico este trabalho a uma mulher que me foi inspiração na luta e na arte - samba que tanto amo e que esteve presente embalando tantos momentos ao longo destes anos - Dona Ivone Lara. Mulher de luta e resistência, que, enquanto assistente social e sambista, rompeu paradigmas do seu tempo. Dona Ivone Lara presente!

## RESUMO

O presente trabalho aborda aspectos do racismo estrutural presente na sociedade brasileira e traz para a centralidade do debate a branquitude. Tendo como problema de pesquisa “como o trabalho socioeducativo pode contribuir com a luta antirracista e no processo de autocrítica da branquitude?”, o estudo voltou-se a compreender como o trabalho socioeducativo de assistentes sociais pode contribuir no processo de autocrítica da branquitude e a influência desse processo reflexivo na luta antirracista. Para tal, embasou-se na teoria social crítica e utilizou-se das categorias do método histórico dialético: totalidade, historicidade, alienação, contradição, reprodução, e mediação. Partindo destas categorias, articuladas à dimensão ético-política do Serviço Social, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, que teve enfoque qualitativo e atendeu aos parâmetros investigativos da pesquisa no campo social. Como resultado do estudo, evidenciou-se que o racismo, embora não seja de fato uma categoria científica, trata-se de elemento que estruturou a sociedade brasileira desde seus primórdios e que segue sendo determinante para as relações sociais na atualidade. Portanto, para promover um real enfrentamento de modo a modificar a estrutura social posta, faz-se imprescindível a compreensão de seus meandros e, enquanto categoria de estudo, também a compreensão das subjetividades daqueles responsáveis por sua perpetuação, a branquitude. Quanto a estes, evidenciou-se a importância de sua participação ativa enquanto agentes de enfrentamento ao racismo e, para tanto, necessário o despertar de sua consciência crítica acerca das relações raciais e de sua inserção nelas. Quanto ao Serviço Social, verificou-se que a profissão, hoje apresenta uma orientação crítica comprometida com o enfrentamento a todos os tipos de preconceito, sendo assim, de modo a ratificar inclusive seu projeto ético-político, faz-se fundamental para a profissão a abordagem da pauta étnico-racial. Portanto, concluiu-se que, dada a sua inserção nos mais diversos espaços sociais, a abordagem do tema pela categoria profissional e pelas(os) assistentes sociais dentro dos seus espaços de inserção, constitui-se enquanto ferramenta indispensável na luta antirracista. Por fim, considerando o cunho socioeducativo do seu trabalho, faz-se também imprescindível sua intervenção com vias a fomentar o pensamento crítico da branquitude.

**Palavras-chave:** Racismo. Branquitude. Serviço Social. Trabalho Socioeducativo.

## LISTA DE SIGLAS

<b>ABEPSS</b>	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
<b>CCBE</b>	Comissão Central Brasileira de Eugenia
<b>CFESS</b>	Conselho Federal de Serviço Social
<b>CRESS</b>	Conselho Regional de Serviço Social
<b>DIEESE</b>	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
<b>ENESSO</b>	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
<b>ERESS</b>	Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>LBHM</b>	Liga Brasileira de Higiene Mental
<b>LPSB</b>	Liga Pró-Saneamento do Brasil
<b>MPC</b>	Modo de Produção Capitalista
<b>PNADC</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2. RAÇA PARA QUEM? RACIALIZAÇÃO DOS CORPOS</b>	<b>18</b>
2.1. OS CORPOS RACIALIZADOS NA HISTÓRIA DO BRASIL	18
2.1.1. O racismo enquanto elemento estruturante da sociedade brasileira	23
2.2. CORPOS À MARGEM DA RACIALIZAÇÃO: A BRANQUITUDE E A NEGAÇÃO DA RAÇA COMO FORMA DE MANUTENÇÃO DE PRIVILÉGIOS	29
<b>3. O TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL E A LUTA ANTIRRACISTA</b>	<b>38</b>
3.1. O EMBRICAMENTO ENTRE O RACISMO E A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL	38
3.2. COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO E TRABALHO SOCIOEDUCATIVO: A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA	47
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>55</b>

## 1. INTRODUÇÃO

*Afinal  
 De que cor será sentir?  
 Será que o amor  
 Tem uma cor?  
 Será vermelho  
 O ódio?  
 Será branca  
 A paz  
 Sendo negra  
 A morte  
 De que cor  
 Será a vida?  
 Sendo negra a fome  
 Qual a cor da fartura?  
 Sendo negra a realidade  
 Qual a cor da ilusão?  
 Sendo negra a cor que tinge  
 Presídio, hospícios  
 Qual a cor da opressão?<sup>1</sup>*

O presente trabalho configura-se enquanto um dos requisitos constantes nas Diretrizes Gerais da ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, para a conclusão do curso de graduação em Serviço Social e

Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica [...] Realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmicas científicas. Portanto, o TCC se constitui numa monografia científica elaborada sob a orientação de um professor e avaliada por banca examinadora (ABEPSS, 1996, np.).

A implicação inicial desta acadêmica com a temática em questão deu-se durante a participação no XLII Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS), o qual ocorreu no ano de 2022 e teve como título “Antonieta de Barros: nós somos porque muitas outras vieram antes de nós”. Especialmente pela participação enquanto ouvinte de uma mesa que abordava a questão étnico-racial com foco na branquitude. Na ocasião, foi discutido sobre a implicação das pessoas brancas na luta antirracista, bem como acerca da importância do seu reconhecimento enquanto sujeitos racializados para o rompimento da estrutura racista posta na sociedade.

---

<sup>1</sup> ASSIS, Hélio de. De que cor será sentir? *In*: Luiz Carlos dos Santos. **Antologia da poesia negra brasileira: o negro em versos**. São Paulo: Moderna, 2005.

Posteriormente, durante o percurso de estágio curricular realizado no Juizado da Infância e Juventude, ao elaborar o diagnóstico socioinstitucional, mais especificamente ao realizar a caracterização sociodemográfica da população demandária de atendimento, ocorreu a segunda aproximação com a questão étnico-racial. Sendo essa aproximação por intermédio da análise dos dados de autodeclaração de cor/etnia informados pelos atendidos. Ademais, há que se mencionar que, dada a importância da temática, a questão étnico-racial foi alvo de estudos de forma transversal nos conteúdos programáticos de diversas disciplinas ao longo da graduação.

Ultrapassando os muros da Universidade, é importante destacarmos que pautar a referida questão traduz-se enquanto um dever profissional, independente de como se materialize a sua atuação profissional, uma vez que o Código de Ética Profissional da(o) Assistente Social, prevê em seus princípios fundamentais o compromisso com a luta antirracista por meio do

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; [e do] XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012, p. 24, colchetes nosso).

Ademais, é importante mencionar que, além do compromisso profissional com a luta antirracista, a(o) profissional de Serviço Social tem em seu trabalho um grande potencial interventivo no combate a essas relações de opressão. Considerando sua competência para a intervenção socioeducativa, por meio de sua atuação, a(o) profissional tem a possibilidade de desencadear reflexões junto aos sujeitos atendidos. Reflexões estas que podem ocorrer de modo a fortalecer aqueles que sofrem com o racismo para o enfrentamento dessas situações, assim como de modo a conscientizar aqueles que por ação ou omissão contribuem para a perpetuação da estrutura de opressão racial.

Aqui buscamos ressaltar a importância de abordar a questão étnico-racial tendo como centralidade aquele grupo responsável por perpetuar a estrutura racista posta, a branquitude. Escolha que se deu por entender que, para além da resistência dos grupos oprimidos, há que se conscientizar aqueles que, embora não atuem diretamente ou conscientemente de forma a manter a estrutura de opressão, se beneficiam dela direta ou indiretamente.

Tendo como disparadoras estas aproximações iniciais, este trabalho centrou-se em responder à seguinte pergunta: *como o trabalho socioeducativo pode contribuir com a luta antirracista e com o processo de autocrítica da branquitude?* Sendo assim, como objetivo geral buscamos *compreender como o trabalho socioeducativo de assistentes sociais pode contribuir no processo de autocrítica da branquitude e a influência desse processo reflexivo na luta antirracista.* Posteriormente, essa questão inicial foi desdobrada nas seguintes questões norteadoras:

- O que é e como surge o conceito de raça?
- Como os processos de racialização se dão no contexto histórico e como influenciam na estruturação da sociedade brasileira?
- Por que a branquitude se vê à margem dos processos de racialização?
- Qual o papel da negação racial na manutenção do status quo da branquitude?
- Qual a relação entre Serviço Social, racismo e luta antirracista?
- Qual o papel do trabalho socioeducativo junto à branquitude e qual a sua importância na luta antirracista?

De modo a nortear o percurso de pesquisa para uma efetiva resposta aos questionamentos postos, bem como a elaboração do presente trabalho, estas perguntas iniciais tornaram-se os seguintes objetivos específicos: conceituar e descrever como surge o conceito de raça, bem como a discriminação gerada pela atribuição da raça a determinados indivíduos; descrever como se dá a inserção social dos sujeitos racializados ao longo da história do Brasil e identificar como isso influencia na estruturação da sociedade contemporânea; compreender e descrever porque a branquitude se exclui dos processos de racialização; identificar e descrever como a negação da raça opera em favor da manutenção de privilégios da branquitude; identificar e contextualizar qual o embricamento entre o Serviço Social, sua gênese e a luta antirracista; compreender como o trabalho socioeducativo de assistentes sociais pode contribuir no processo de autocrítica da branquitude e a influência desse processo reflexivo na luta antirracista.

Estabelecidos os objetivos, fez-se necessário delimitar a instrumentalidade do projeto, ou seja, a articulação das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política de forma a conduzir a pesquisa e produção

acadêmica ao alcance dos objetivos estabelecidos. Dimensão teórico-metodológica que é materializada pelos conhecimentos mobilizados, técnico-operativa que consiste nos instrumentais técnicos utilizados e a ético-política pela intencionalidade com que são realizadas estas ações.

Para a materialização da dimensão teórico-metodológica, foi utilizada como metodologia a teoria social crítica, a qual

[...] reproduz conceitualmente o real, é, portanto, construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e, assim sendo, supõe uma forma de autoconstituição, um padrão de elaboração: o método. Neste sentido, cada teoria social é um método de abordar o real. O método é, pois a trajetória teórica, o movimento teórico que se observa na explicação sobre o ser social. É o posicionamento do sujeito que investiga face ao investigado e desta forma é "questão da teoria social e não problema particular desta ou daquela 'disciplina' (Netto, 1984 apud Yazbek, 2009, p. 5-6).

A escolha desta teoria, tem vistas a promover uma análise dialético-crítica da realidade, a qual é

[...] a necessária interconexão de múltiplas dimensões que constituem a totalidade, não a exaurindo, mas a problematizando de forma interrelacionada. Os processos de dedução e indução interconectados pelo entendimento e pela lógica dialética (Prates, 2016, p. 84).

Considerando estes aspectos, para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, foram utilizadas de forma inter-relacionada as categorias: *totalidade, historicidade, alienação, contradição, reprodução, e mediação*. Embora sejam indissociáveis, para fins de elucidação cabe conceituá-las individualmente.

Primeiramente utilizamo-nos da categoria *totalidade*, pois

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (Kosik, 1989, p. 42).

No trabalho em Serviço Social, a totalidade é indispensável na análise da realidade social, pois, para apreender a inter-relação complexa existente entre os diversos atores sociais, contexto histórico, entre outros fatores, é necessária uma visão ampla e, ao mesmo tempo, aprofundada das camadas existentes nela.

Tendo em vista também o fato de que, não há acontecimento ou realidade descolada de uma conjuntura instalada de um contexto histórico prévio, utilizamo-nos da categoria *historicidade*, a qual considera a

[...] história como chave para o desvendamento dessa constituição, seja de sujeitos, fenômenos, organizações, porque pela história, superada uma leitura meramente cronológica e centrada em vultos, vista, portanto, a partir de fatos significativos, podemos verificar como sujeitos e fenômenos se

conformam, em que contextos sociais, econômicos, políticos, simbólicos – portanto objetivos e subjetivos (Prates, 2016, p. 90).

Aliada à totalidade, a historicidade faz-se fundamental para a compreensão da dinamicidade com que se dá a realidade, pois tem em vista seu constante processo de transformação. Haja vista estas categorias, entendeu-se que não seria possível uma real análise das relações raciais e sociais presentificadas hoje, bem como de como o trabalho em Serviço Social influencia e é influenciado por estas, sem considerar o contexto histórico por detrás de sua constituição.

A realidade, sendo dialética e, por vezes, contraditória, traz a importância de utilizarmos-nos da categoria *contradição*, a qual constitui-se enquanto base do pensamento dialético e também da origem do objeto de trabalho em Serviço Social, a questão social<sup>2</sup>.

A contradição, ou a luta dos contrários, está na base da luta de classes, conceito-chave para a teoria Marxiana; a história da humanidade, é a história da luta de classes, afirma Marx e Engels (1998) no Manifesto do Partido Comunista. E a contradição também está na base da constituição da questão social, cujas expressões são objeto e matéria-prima do trabalho do Assistente Social. A contradição entre capital e trabalho, entre todo o poder de dominação do capital, que a tudo mercantiliza e o trabalho como toda a expressão humana, ou ainda, o conjunto de desigualdades, fruto da apropriação privada da riqueza no modo de produção capitalista, tem como contraponto as resistências empreendidas pelos sujeitos para enfrentá-la (Prates; Carraro, 2017, p.166).

A contradição transpassa a realidade e as relações sociais de todos aqueles que vivenciam a influência da disputa de forças entre trabalho e capital e, para a sua percepção, faz-se fundamental o rompimento do véu da alienação. Sobre esta, Duriguetto e Montaño referem que

o termo basicamente se refere a ser alheio, estranho, ou seja, alienação é o processo mediante o qual o sujeito e objeto se separam, se tornam alheios, estranhos. No [modo de produção capitalista] MPC, a alienação remete à separação entre o produtor e seu produto, assim como a alienação da atividade mesma da produção (2010, p.102, colchetes nosso).

Quando consideramos a sociedade e os sujeitos que a vivenciam, a alienação aparece enquanto elemento que dificulta especialmente a percepção das relações de opressão vivenciadas. Portanto, sua articulação faz-se imprescindível quando estudamos estruturas como o racismo, uma vez que este, embora transpasse todos os aspectos da sociedade e de suas relações, por vezes está contido nas minúcias destas.

---

<sup>2</sup> A questão social é a “[...] contradição fundamental da sociedade capitalista - entre o trabalho coletivo e a apropriação privada da atividade, das condições e frutos do trabalho - está na origem do fato de que o desenvolvimento nesta sociedade redunde [...]” (Iamamoto, 2007, p. 27).

Outra categoria que se mostrou importante para as análises de realidade foi a da *reprodução*. Segundo lamamoto,

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista na teoria social crítica é entendida como reprodução desta sociedade em seu movimento e em suas contradições: a reprodução de um modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social. O processo de reprodução das relações sociais não se reduz, pois, à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os abarque. Ele refere-se à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes. Envolve a reprodução da vida material e da vida espiritual, isto é, das formas de consciência social – jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas – por meio das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção de vida material, pensam e se posicionam na sociedade (lamamoto, 2009, p. 10).

Ao longo das aproximações aqui realizadas, a categoria reprodução presentificou-se em diversos momentos, mas aqui queremos evidenciar ela enquanto característica da própria atuação profissional quando da gênese do Serviço Social. Sendo a evidência de sua ocorrência imprescindível inclusive para o processo de autocrítica que deve ser constante na atuação profissional, uma vez que as(os) assistentes sociais atuam na e em meio a uma realidade dotada de disputas de poderes e narrativas que podem levar-lhe a um trabalho alienado e que reproduza as relações de poder. Conforme lamamoto,

[...] as condições que circunscrevem o trabalho do assistente social expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação (2019, p. 12).

Por fim, a análise conjunta dessas categorias se desdobra em uma nova, a qual denominamos *mediação*. Sendo essa categoria vista dentro do processo dialético em diversos momentos e de diversas formas, conforme Carraro e Prates as mediações são

[...] instâncias de passagem que associam, articulam, relacionam, desdobram, mas também complicam as antíteses. As mediações são fundamentais para que a totalidade seja mais do que uma junção de partes isoladas, para que seja apreendida como interconexão em movimento, para que o conhecimento possa desdobrá-la e tornar a juntá-la, para que seja possível ir do todo para a parte e retornar da parte para todo, realizando movimentos dedutivos e indutivos (2017, p. 164).

Podendo ocorrer entre categorias do método histórico-dialético ou na práxis, as mediações são processos reflexivos, por meio dos quais ocorrem as articulações entre as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas, ético-políticas.

[...] Essa categoria deve ser ao mesmo tempo relativa ao real e ao pensamento. Enquanto relativa ao real, procura captar um fenômeno ao conjunto de suas relações com os demais fenômenos e no conjunto das manifestações daquela realidade de que ele é um fenômeno mais ou menos essencial. [...] A história é o mundo das mediações. E a história, enquanto movimento do próprio real, implica o movimento das mediações. Assim, elas são históricas, e, nesse sentido, superáveis e relativas. Enquanto relativas ao pensamento, permitem a não petrificação do mesmo, porque o pensar referido ao real se integra no movimento do próprio real (Cury, 1985, p.43).

Considerando essa articulação entre as dimensões, e já realizada a delimitação do referencial teórico-metodológico, há que se abordar também a dimensão técnico-operativa. Dimensão que delimita os procedimentos metodológicos, escolhidos por meio da articulação entre as teórico-metodológica e ético-política e que foi utilizada de modo a alcançar os objetivos específicos já aqui elencados. Para a elaboração da monografia, utilizamo-nos da *pesquisa bibliográfica*, a qual “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44).

Por meio da articulação das dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa aqui delimitadas, seguindo os pressupostos ético-políticos do Serviço Social e tendo como norteadores os objetivos específicos já citados, o presente trabalho estruturou-se em dois capítulos, quais sejam: “*Raça para quem? racialização dos corpos*” e “*O trabalho em Serviço Social e a luta antirracista*”.

O primeiro capítulo contou com duas seções e uma subseção. Na primeira seção, intitulada “*Os corpos racializados na história do Brasil*” delimitou-se historicamente como se iniciaram as relações raciais no país. Para essa delimitação, centramo-nos no extenso processo de escravização que foi determinante para a história e para a constituição do país. Nela foi feita a contextualização desde o período brevemente anterior à invasão do país, até o momento posterior à abolição da escravatura. Já na subseção, intitulada “*O racismo enquanto elemento estruturante da sociedade brasileira*”, buscamos delimitar o conceito de raça, como ele se constitui, se modifica e como é justificado e reafirmado ao longo da história. Nela também tratamos de brevemente referir como a categoria raça influenciou a

constituição e de como segue influenciando na sociedade contemporânea. A segunda seção deste capítulo, intitulada *“Corpos à margem da racialização: a branquitude e a negação da raça como forma de manutenção de privilégios”*, tratou da implicação da branquitude nas relações raciais. Nela buscamos entender quem é a branquitude, como se constitui e se identifica racialmente, como se segmenta subjetivamente de acordo com as suas particularidades e como esta se entende dentro das relações raciais. Ademais, buscamos elucidar também como esse entendimento reflete e reforça as relações e a estrutura racial posta.

O segundo capítulo estrutura-se com duas seções, sendo a primeira intitulada como *“O embricamento entre o racismo e a gênese do Serviço Social”*. Nesta seção foi realizado um resgate histórico com o intuito de delimitar como o racismo se apresenta e como, por meio das teorias raciais, ele influencia na construção da sociedade que emerge em meados do século XX. Nesta seção também foi traçada uma linha do tempo acerca do Serviço Social, tendo como foco a orientação que assume sua atuação e considerando o período histórico compreendido entre a gênese da profissão e o movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo. Ademais, ao longo dessas contextualizações buscamos identificar os pontos de conexão entre o racismo e o Serviço Social. Na segunda seção, intitulada *“Compromisso ético-político e trabalho socioeducativo: a contribuição do serviço social na luta antirracista”*, foi explanado acerca do compromisso que a profissão, já em sua orientação marxista, assume no enfrentamento do racismo e das desigualdades decorrentes deste. Também nesta seção buscamos elucidar a importância do trabalho socioeducativo em Serviço Social junto à branquitude.

Por fim, o presente trabalho conta também com as *Considerações Finais*, as quais foram elaboradas a partir do aparato teórico utilizado, articulado ao acúmulo de conhecimentos aqui produzido e tem como intuito evidenciar o aprendizado obtido, bem como as reflexões que emergiram ao longo da elaboração desta produção.

## 2. RAÇA PARA QUEM? RACIALIZAÇÃO DOS CORPOS

O primeiro capítulo deste trabalho tem como foco contextualizar os processos de racialização e de não racialização dos corpos, bem como as determinações sociais provenientes desses processos. Pensando no antagonismo desses processos, este capítulo é dividido em dois momentos. Na primeira seção descrevemos como ocorreu a inserção social dos sujeitos racializados ao longo da história do Brasil, identificamos a influência desse processo na estruturação da sociedade contemporânea e contextualizamos acerca de como surgem o conceito de raça e a discriminação gerada pela atribuição da raça a determinados indivíduos. Na segunda seção, tratamos de identificar como os brancos se inserem nas relações raciais por meio da delimitação da identidade racial branca e do conceito de branquitude. Ademais, buscamos delimitar como ocorre a construção dessa identidade racial e como a negação dela pode operar em favor da manutenção de privilégios deste grupo.

### 2.1. OS CORPOS RACIALIZADOS NA HISTÓRIA DO BRASIL<sup>3</sup>

*Desde 1500  
Tem mais invasão do que descobrimento  
Tem sangue retinto pisado  
Atrás do herói emoldurado  
Mulheres, tamoios, mulatos  
Eu quero um país que não está no retrato  
Brasil, o teu nome é Dandara  
E a tua cara é de cariri  
Não veio do céu  
Nem das mãos de Isabel  
A liberdade é um dragão no mar de Aracati<sup>4</sup>*

Para início de conversa, voltemos ao período antes da invasão do Brasil, no século XV, mais precisamente a meados de 1442. Período em que a extração do ouro passa a movimentar a economia na europa e, junto dela, surge outro tipo de

<sup>3</sup> É importante ressaltar que os povos originários brasileiros também foram vítimas da hierarquização racial, tendo sido perseguidos, escravizados e dizimados pelos invasores europeus, no entanto o presente trabalho se concentra em tratar dos aspectos históricos e da hierarquização racial vivenciada pela população negra descendente dos africanos escravizados.

<sup>4</sup> Trecho do samba enredo de 2019 da Estação Primeira de Mangueira, intitulado “História Para Ninar Gente Grande”.

mercantilismo: o de escravos. Um processo que iniciou-se pelos portugueses, com a captura de um casal e, no mesmo ano, passou a contar com a captura de pequenos grupos, incluindo também crianças. Essas capturas, que inicialmente provinham de ataques a aldeias situadas no litoral saariano e da região senegalesa, assumiram papel fundamental no financiamento das expedições realizadas à época (Oliveira, 2018).

Com o passar dos anos intensifica-se o fluxo de capturas de africanos para a escravização e com ele aumenta também a parcela da população que passava a solidarizar-se com aqueles grupos de indivíduos, por vezes famílias inteiras, que chegavam em terras portuguesas após serem arrancados de suas terras. Diante desta comoção, torna-se necessário o apoio político para a continuidade do tráfico, o qual é encontrado em uma das instituições de maior influência à época, a Igreja Católica. Esse apoio materializa-se por meio da emissão de uma série de Bulas Papais<sup>5</sup> sobre o assunto, sendo as principais delas publicadas nos anos de 1452 e 1455, as quais autorizaram expressamente a invasão e a apropriação das terras e de quaisquer outros bens, além da escravização, dos povos infiéis à Igreja Católica (Oliveira, 2018).

Legitimado, e em meio às expedições de colonização, o tráfico negreiro se expande de forma proporcional à necessidade de implementação de mão de obra<sup>6</sup> nas novas colônias. Expedições essas que, com a chegada ao Brasil e frente às novas terras a serem exploradas, assumem novas proporções. Tem-se que

Do século XVI até 1850, no período colonial e no imperial, o país foi o maior importador de escravos africanos das Américas. Foi ainda a única nação independente que praticou maciçamente o tráfico negreiro, transformando o território nacional no maior agregado político escravista americano. Consubstancial à organização do Império do Brasil, a intensificação da importação de escravos africanos após 1822 explica a longevidade do escravismo até sua abolição, em 1888 (Alencastro, 2018, np.).

Estima-se que o Brasil tenha recebido cerca de 70% do total das viagens negreiras para as Américas, o que corresponde a cerca de 14.910 viagens realizadas ao longo dos mais de três séculos de escravidão. Durante este período, o Brasil recebeu em torno de 4,8 milhões de africanos escravizados, o correspondente

---

<sup>5</sup> As Bulas Papais consistem em uma espécie de decretos emitidos pelos Papas e que, geralmente, tratam de assuntos de interesse coletivo. À época, estes documentos tinham grande influência sobre a população e, até mesmo, sobre os governos vigentes.

<sup>6</sup> Cabe mencionar que, concomitante ao tráfico negreiro, ocorre também a escravização dos povos originários como forma de obtenção de mão de obra para a extração de riquezas das terras colonizadas.

a 46% do total a nível global (Alencastro, 2018). Para além do quantitativo de africanos traficados até terras brasileiras, é importante também destacarmos a resistência encontrada em romper com o tráfico e que resultou no lapso temporal pelo qual se estendeu esse comércio.

As tratativas iniciais<sup>7</sup> para que se findasse o comércio de escravos foram lideradas pela Grã-Bretanha e, em meio a diversos avanços e retrocessos, tiveram como primeiro marco o ano de 1831, quando foi aprovada a primeira lei que proibia o tráfico de escravos no Brasil (Araújo, 2018). No entanto, mesmo em meio à pressão e a progressivas sanções da Grã-Bretanha, o comércio seguiu sendo exercido de forma ilegal em terras nacionais e, frente à pressão política exercida pelos setores que se beneficiavam dele, ocorreram diversas tentativas de flexibilizar a proibição já em vigor. Em meio à acirrada disputa de interesses distintos, o tráfico de escravizados teve sua proibição ratificada por meio de lei no ano de 1850<sup>8</sup>. Embora essa nova lei tenha tido maior efetividade no enfrentamento ao tráfico, ainda registraram-se expedições clandestinas até o ano de 1856. Ao longo destes últimos anos, estima-se que “[...] entraram no país mais de 38 mil africanos, que correspondem a cerca de 5% das mais de 700 mil pessoas entradas ilegalmente no Brasil entre 1831 e 1849” (Araújo, 2018, np.).

Contemporâneo à superação do tráfico atlântico<sup>9</sup>, ganha corpo o movimento emancipacionista em âmbito internacional, fazendo com que as atenções se voltassem ao assunto também no Brasil. Neste cenário, movida pela crescente pressão externa exercida pela Grã-Bretanha e somada à também crescente pressão interna exercida pelos próprios escravizados, passou a discutir-se a necessidade de medidas legais que, de alguma forma, atendessem ao apelo pela abolição (Mendonça, 2018).

Assim, novamente em meio a disputas de forças entre os favoráveis e os contrários à emancipação, em 1871 entrou em vigor a Lei do Ventre Livre. A referida determinava que os filhos de escravizadas, nascidos a partir de sua promulgação,

---

<sup>7</sup> As tentativas de negociação iniciaram-se tendo como protagonistas principais o Império português e a Grã-Bretanha. O primeiro acordo, firmado em 1810, tinha como objetivo iniciar uma abolição gradual e, conseqüentemente, uma redução gradual do comércio de escravos. Um acordo que não teve efeitos práticos quanto à contenção do tráfico (Araújo, 2018). Após essa primeira tratativa, outras foram firmadas, tendo como protagonistas também outros países que protagonizavam este comércio.

<sup>8</sup> Por meio da lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, a qual estabelecia medidas para a repressão do tráfico de africanos escravizados.

<sup>9</sup> Importante destacar que neste período finda-se o tráfico internacional (importação de novos africanos escravizados), no entanto o comércio negreiro segue ocorrendo, mas agora de forma interna entre as regiões do país (Araújo, 2018).

seriam livres<sup>10</sup>, ademais também estipulava que “[...] os cativos que possuíssem uma quantia em dinheiro com a qual lhes fosse possível comprar a alforria tinham direito a tal, sem que os senhores a isso pudessem se opor” (Mendonça, 2018, np.). A lei, embora previsse as alforrias, atendeu também, em grande parte, aos preceitos dos senhores, uma vez que trouxe possibilidades de emancipação com efeito gradual, evitando que uma grande massa de escravizados fossem libertos. Em que pese tenha ido muito mais ao encontro dos interesses dos senhores, também trouxe respostas iniciais aos tensionamentos dos escravizados, que, a partir da possibilidade de compra de alforrias, iniciaram um movimento de judicialização dos casos onde não havia acordo quanto ao valor da alforria.

Já em 1885, há um novo avanço voltado à emancipação, sendo aprovada a Lei dos Sexagenários, a qual trouxe a possibilidade de liberdade aos escravizados que tivessem mais de sessenta anos e fixava valores para as alforrias a serem compradas, entre outras medidas (Mendonça, 2018). Embora ambas as leis sejam dotadas de contradições por atenderem a interesses distintos, foram também marcos para a supressão gradual da escravidão. Com o aumento das alforrias, fortalecia-se também o movimento de evasão dos africanos que ainda encontravam-se em condição servil. Em meio a essas circunstâncias, o Império brasileiro viu-se pressionado a tomar medidas que viessem a regulamentar o movimento de abolição já em curso, sendo esta a conjuntura que levou à aprovação da Lei Áurea<sup>11</sup>.

Embora seja a Lei Áurea seja o marco histórico-legal quando nos referimos à abolição da escravatura no Brasil, é importante pontuarmos que, quando da sua promulgação, muitos dos negros já haviam conquistado a liberdade<sup>12</sup>. Ademais, também se faz fundamental destacar que

[...] durante o período em que vigorou a escravidão no Brasil, a visão de liberdade dos negros não se limitou à posse de cartas de alforria. Conseguir

---

<sup>10</sup> A lei determinava que quando as crianças completassem 8 anos, os senhores poderiam optar entre receber uma indenização do Estado por sua liberdade ou permanecer com estes até que completassem 21 anos.

<sup>11</sup> Trata-se da Lei 3.353 de 13 de maio de 1888, a qual declarou extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013.Art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013.Art). Acesso em: 29 de março de 2024.

<sup>12</sup> Segundo Moura, à época da promulgação da Lei Áurea, a população considerada livre “[...] levava já no seu bojo um grande percentual de ex-escravos que - por alforria ou outras formas- conseguiram a liberdade. Menos de um milhão de escravos foi beneficiado com a chamada Lei Áurea” (Moura, 2021, p. 47). Ainda segundo o autor, em 1887 a população que correspondia a pessoas escravizadas não passava de 5% da população brasileira (Moura, 2021).

espaços de autonomia na escravidão também representou uma forma de liberdade: cultivar um pedaço de terra para sua subsistência, acumular algum dinheiro com serviços eventuais, constituir família nas senzalas e criar relações sociais por meio do compadrio (Cord; Souza, 2018, sp.).

Embora legalmente já não houvessem mais pessoas escravizadas, não se pode afirmar que o negro passou imediatamente da figura de escravizado para a de sujeito de direitos, pelo contrário. Segundo Moura,

Há quem divida a passagem do status do escravo brasileiro para o de cidadão em dois estágios. No primeiro, ele seria apenas ex-escravo para, posteriormente, ingressar na categoria de cidadão, integrando-se definitiva e completamente na sociedade brasileira (2021, p. 31).

Ainda, faz-se necessário pontuarmos os aspectos relativos ao trabalho, onde observa-se também o mesmo processo, não havendo “[...] uma ‘transição’ (ou ‘substituição’) mecânica e natural do trabalho escravo para o trabalho (dito) livre. Tampouco ocorreu um processo histórico conduzido por algum tipo de ‘aperfeiçoamento’ das relações de trabalho” (Cord; Souza, 2018, np.). Sobre isso, Moura pontua que

Ao tempo que diminuía o número de escravos, criava-se concomitantemente uma enorme população que não tinha acesso às fontes de trabalho, isto porque, à medida que o negro deixava de ser escravo, deixava, também, na sua esmagadora maioria, de ter ocupação regular (2021, p. 47).

Os negros, agora ex-escravizados, não receberam auxílio por parte do Estado para subsidiar suas necessidades mínimas de subsistência e moradia, bem como não houve facilitação para a inserção no mercado de trabalho. Pelo contrário, uma vez que, com o apoio estatal, concomitantemente a esse processo de “integração” gradual do negro à sociedade agora como trabalhador livre, houve a injeção de uma nova massa de mão-de-obra, a de imigrantes. Sendo assim, já sem incentivos que facilitassem sua inserção nos postos de trabalho, os negros agora tinham que entrar em uma disputa desigual com seus recém chegados e favorecidos concorrentes. Segundo Moura,

[...] houve um movimento de proteção a esses imigrantes, através de uma política dirigida e de planos integrativos, enquanto o ex-escravo era sistematicamente repellido daqueles setores mais dinâmicos da economia em desenvolvimento. Tanto na indústria nascente como na agricultura, especialmente no seu setor mais dinâmico que era a lavoura do café, houve um trabalho racional de fixação do imigrante, enquanto as populações negras flutuantes eram transformadas, paulatinamente, em exército industrial de reserva (2021, p. 49).

Esse movimento ocorreu inclusive como estratégia governamental para

promover o embranquecimento da população, uma vez que, com a imensa quantidade de africanos traficados e escravizados - somada aos povos originários - a população contava agora com um percentual considerável de não brancos. Segundo Jessé Souza (2021), o embranquecimento tinha como intuito promover a progressiva libertação dos traços negroides, os quais eram vistos como vergonha social e sinônimo de inferioridade, uma visão internalizada inclusive pelos negros.

Neste cenário, cabe ressaltar que para além do desamparo estatal intencional, houve também a discriminação da sociedade que, até então, via os negros como mera mercadoria, desprovida de humanidade. Ademais, soma-se a essa discriminação, a resistência dos antigos senhores em agora aceitar como trabalhadores remunerados aqueles que antes eram sua propriedade, sendo que grande parte destes ainda se sentiam lesados pela perda dessas “posses”.

Nas palavras de Moura,

O que sobrou para o ex-escravo nesse quadro? Exatamente o subemprego, o desemprego, a marginalização progressiva. O que sobrou para a mulher negra? Os trabalhos não qualificados de doméstica, que substituiu os da Mãe Preta e da mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada. Essa foi a realidade que o negro para resolver, com as suas próprias forças, depois de quatro séculos de escravidão (2021, p. 49).

É nesta conjuntura, em meio à estigmatização, à desigualdade de competição e à ausência de direitos, que o negro inicia a sua inserção na sociedade enquanto sujeito “livre”.

### **2.1.1. O racismo enquanto elemento estruturante da sociedade brasileira**

*Por mais que você corra, irmão  
Pra sua guerra vão nem se lixar  
Esse é o X da questão  
Já viu eles chorar pela cor do orixá?  
E os camburão o que são?  
Negreiros a retraficar  
Favela ainda é senzala, Jão  
Bomba relógio prestes a estourar<sup>13</sup>*

Após contextualizar brevemente o processo histórico que inseriu o africano escravizado na sociedade brasileira, é importante nos voltarmos ao processo de constituição do conceito de raça e ao processo de racialização de determinados

<sup>13</sup> Letra de Boa Esperança, lançada em 2015 e composta por Leandro Oliveira - Emicida.

corpos.

Quanto ao conceito de raça, Almeida esclarece que

Há grande controvérsia sobre a etimologia do termo raça. O que se pode dizer com mais segurança é que seu significado sempre esteve de alguma forma ligado ao ato de estabelecer classificações, primeiro, entre plantas e animais e, mais tarde, entre seres humanos. *A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos* é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI (Almeida, 2019, np., grifo nosso).

Embora a noção de raça remonte ao período de colonização europeia, é preciso destacar que a estigmatização de determinados povos, especialmente daqueles provenientes do continente africano, se inicia em tempos ainda mais longínquos, remontando aos primeiros séculos do cristianismo. Já neste período, notava-se a ocorrência da marginalização destes povos, a qual era balizada por uma noção de superioridade e justificava-se com base em crenças e mitos principalmente ligados à religião. Segundo Oliveira,

Havia uma tradição teológica de relacionar o negro com perdição e falsidade, enquanto o branco era símbolo de pureza, de perfeição espiritual e da verdade. O senhor das trevas, até o séc. XIV era apresentado como “etíope negro”, com cabelo encarapinhado, baixa estatura e corpo disforme em que se misturavam traços humanos e anfíbios (Oliveira, 2018, p. 24-25).

O autor ainda relata que esta dicotomia era sustentada a partir de duas interpretações, sendo

[...] uma de fundo espiritual, um negro amaldiçoado<sup>14</sup>, propenso à maldade, sinal vivo do que representa a inversão do bem; e outra, que seria uma união entre físico e sagrado e representa o conceito de que as altas temperaturas [...] seriam também responsáveis pelo escurecimento da pele, daqueles que receberam uma condenação de habitarem os lugares mais ermos do planeta. O inferno é o lugar do calor insuportável, habitado por demônios terríveis, a África era na Terra, a significação mais fiel desse lugar, seres de cor escura, encaixam-se perfeitamente na estigmatização europeia do terror moral, interpretações teológicas lançavam os africanos para os espaços caracterizados pela ausência de luz, moral e fé (Oliveira, 2018, p. 25).

Baseada nessa dicotomia, entre branco e negro e bem e mal, a raça se constituiu enquanto critério para a classificação e hierarquização dos povos, partindo sempre de uma perspectiva que trazia o homem branco europeu como sujeito

---

<sup>14</sup> Entre as diversas lendas que circundam o tema destacam-se duas, que partem de “acontecimentos bíblicos”. Uma delas traz que os negros seriam descendentes de Caim, o qual, após assassinar seu irmão teria sido exilado e recebido uma marca poderia ser identificado, a qual, segundo essas crenças, seria a cor da pele negra. A outra vertente crê que os negros seriam descendentes de Cam, filho de Noé, que teria sido amaldiçoado pelo pai, tendo seus descendentes nascido negros por conta dessa maldição. Vide: OLIVEIRA, Cleiton. **A prole de Caim e os descendentes de Cam: legitimação da escravidão em Portugal e a influência das Bulas Dum diversas (1452) e Romanus Pontifex (1455)**. 2017.p. 27-36.

central, ao passo que colocava os demais, os racializados, à margem, como outros. Essa hierarquização, que se embasa na perspectiva teológica, se reforça à medida que é ratificada oficialmente pela Igreja Católica quando da necessidade de legitimar o tráfico de africanos escravizados, um posicionamento decisivo dada a influência que a instituição possuía à época.

Como visto anteriormente, a hierarquização racial se perpetua e se materializa com o massivo sequestro e escravização de africanos, processo esse que cristaliza um modelo de sociabilidade também definido a partir do critério racial. No entanto, embora já solidificado, Jessé Souza considera que esse modelo de sociabilidade poderia ter sido superado quando da abolição da escravatura. Segundo o autor, embora a abolição tenha ocorrido de forma tardia e tenha sido marcada por disputas, momentos de ruptura como esse, teriam um maior potencial de promover uma redefinição da organização social. Sendo esse um momento crucial para a garantia da integração moral e política do ex-escravo à nova ordem social, porém - dado o contexto já de domínio do racismo - o que se viu foi a ocorrência de dois processos concomitantes e que se reforçaram mutuamente, a importação maciça de brancos europeus e a marginalização e estigmatização do negro (Souza, 2021). Processos estes que, mesmo com a ruptura da escravidão, levaram o negro “[...] compulsóriamente aos últimos estratos da sociedade, quer onde foi marginalizado, quer onde foi integrado em uma economia de miséria (Moura, 2021, p. 52).

Contemporânea a abolição, ainda no século XIX, se inicia uma nova tentativa de legitimação do discurso de hierarquização social, agora deslocando a teorização acerca da raça do campo filosófico para o campo científico. Nessa perspectiva,

A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas – determinismo biológico – ou condições climáticas e/ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência (Almeida, 2019, np.).

Embasada nessas premissas, constitui-se a ciência eugênica que tinha como premissa a capacidade hereditária de transmissão de aptidões mentais, emocionais e criativas e, portanto, seria também uma forma de transmissão das características morais indesejáveis. O movimento eugenista, que ganhou alcance mundial, não só reforçava a hierarquização racial, como incentivava que fosse realizado um

movimento de embranquecimento gradual da população de forma a promover uma espécie de limpeza em prol da elevação da raça humana (Góes, 2022).

Essas teorias foram refutadas já no século seguinte, quando o surgimento da antropologia e o avanço da biologia comprovaram a inexistência de diferenças biológicas que justificassem a segregação entre diferentes raças. No entanto, mesmo que superada do ponto de vista científico, a hierarquização racial manteve-se como um alicerce para a permanência das relações sociais postas, porém, agora assumindo um caráter político (Almeida, 2019).

Em que pese já se tratasse de um fenômeno social cristalizado há séculos, a desigualdade racial e os conceitos de raça e racismo começaram a ser estudados somente em meados de 1970. Em sua obra, e como já referido também neste trabalho, Sueli Carneiro (2023) ratifica que a raça não se trata de um conceito natural, mas sim de uma classificação social, a qual dá subsídio para o racismo. Já este,

[...] enquanto pseudociência, busca legitimar a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e a reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e, mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentação para o conceito de raça (Carneiro, 2023, p. 21).

Também neste sentido, Silvio de Almeida define que,

[...] o racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas (Almeida, 2019, np).

Sendo sistêmico, o racismo é produzido e reproduzido de diversas formas e por diferentes atores. De modo individual, ele é visto na discriminação racial propriamente dita, que pode ocorrer por meio da ação voltada a determinado indivíduo ou grupo, mas também por meio da omissão. Seja essa omissão pela não repreensão quando se presencia algum tipo de comentário racista ou, até mesmo, algum tipo de violência e se cala diante dela. Embora nestas situações individuais o racismo seja percebido de forma mais objetiva, é importante termos a clareza de que ele está engendrado nas entrelinhas do cotidiano, sendo pilar estruturante da sociedade na qual estamos inseridos.

Em âmbito macro, ao pensarmos nas expressões do racismo, podemos

mencionar como exemplo a forma como o negro é representado na mídia. Na dramaturgia, não raramente os homens são representados como criminosos e as mulheres de forma sexualizada e, quando não destas formas, geralmente são representados em papéis de subalternidade. Nos noticiários, mesmo que diante de uma mesma ocorrência, vemos narrativas distintas de acordo com a “cor” daquele que cometeu os atos. Se jovem branco transportando entorpecentes, este é nomeado como estudante, porém, em se tratando de um jovem negro fazendo o mesmo, automaticamente este é declarado traficante. E quanto àquelas representações que não vemos? Aqui nos referimos àquelas histórias que sofreram com o epistemicídio, o qual, segundo Carneiro, é utilizado como forma de manutenção de uma narrativa hegemônica contada por aqueles que ocupam o lugar de dominância há séculos e tem como fundamento basilar a desumanização do Outro, ao que refere que

O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: auto-controle, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização. No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de ‘coisa que fala’ (Carneiro, 2023, p. 91-92).

Assim, de forma a manter uma narrativa que aprisiona as pessoas racializadas a um papel marginalizado e inferiorizado, o epistemicídio apaga da memória coletiva aqueles que lutaram, resistiram e que tiveram papel de protagonismo na construção da sociedade à sua época.

Para além das representações, Djamila Ribeiro (2019) também ressalta a importância de analisarmos criticamente como as pessoas racializadas ocupam os espaços cotidianos, em especial naqueles voltados ao lazer, observando se estão presentes e como estão ali inseridas, se como trabalhadoras ou como frequentadoras do espaço. Não raramente estas se inserem nestes espaços ocupando o lugar de trabalhadoras, enquanto as demais usufruem dos espaços enquanto frequentadoras, uma realidade que se intensifica quando falamos de espaços de lazer elitizados.

Segundo Almeida (2019), o sistema racista não somente cunha o termo raça, mas também é responsável pela construção das subjetividades dos sujeitos racializados, pois delimita (e limita) suas oportunidades, além de direcionar afetos e relações como um todo. A partir dessa construção de subjetividades, muitas vezes ocorre a internalização dos estigmas impostos como verdades, fazendo com que

haja, em certa medida, uma aceitação destes. Em contraponto, essa construção tem também o potencial de gerar revolta quando há uma percepção dialética da realidade posta e imposta e, a partir dessa revolta, uma intenção de ruptura do status quo.

E na conjuntura atual, como é essa realidade posta e imposta às pessoas racializadas? Tem-se que, no ano de 2023<sup>15</sup>, a maior parte da população em idade laboral era negra, correspondendo a cerca de 56,1% do total. No entanto, também eram essas pessoas que vivenciavam a maior incidência do desemprego, pois cerca de 65,1% da população desocupada correspondia a pessoas negras. Tem-se também a desigualdade social como uma realidade presente na vida dessas pessoas, uma vez que percebem salários em média 39,2% menores que os percebidos por pessoas não negras (DIEESE, 2023). Outra realidade importante a ser mencionada diz respeito à violência, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (p. 31), no ano de 2022, do total de mortes violentas 76,5% dos mortos eram negros, um percentual que aumenta quando analisadas as mortes decorrentes de intervenções policiais, onde os negros totalizam 83,1% das vítimas. No mesmo ano, 68,2%<sup>16</sup> das pessoas privadas de liberdade eram negras (p. 285). Expostos estes dados, podemos questionar se de fato há equívocos quanto às representações expostas pela mídia e aqui citadas. Sobre isso, Almeida (2019) considera que a realidade não só repete o que vemos na ficção de forma pura e simples, como há uma cristalização e uma naturalização individual e coletiva destes papéis sociais e, portanto, ocorre a manutenção e a repetição destes.

Em suma, temos um sistema que estrutura a sociedade e que se retroalimenta, tendo como base a manutenção de uma narrativa que coloca o negro em um papel de outro - marginalizado e inferiorizado - e que se reforça por meio do apagamento da história que colocaria estes mesmos sujeitos em papel de protagonistas da sua cultura, religião e lutas. Sistema que se perpetua por produzir um sistema de ideias que fornece uma explicação “racional” para a desigualdade racial, constituindo sujeitos cujos sentimentos não são profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que consideram “normal” e “natural”

---

<sup>15</sup> Dados divulgados por relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, e obtidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PnadC-IBGE) e referentes ao segundo trimestre de 2023.

<sup>16</sup> Das 832.295 pessoas no sistema prisional, 647.859 delas tinham informações sobre cor/raça em seu cadastro, o que corresponde a 77,8% do total de apenados.

que no mundo haja “brancos” e “não brancos”, bem como que, por conta dessa distinção, haja diversas desigualdades (Almeida, 2019).

## 2.2. CORPOS À MARGEM DA RACIALIZAÇÃO: A BRANQUITUDE E A NEGAÇÃO DA RAÇA COMO FORMA DE MANUTENÇÃO DE PRIVILÉGIOS

*O branco inventou que o negro  
 Quando não suja na entrada  
 Vai sujar na saída, é  
 Imagina só  
 [...]  
 Que mentira danada, é  
 Na verdade a mão escrava  
 Passava a vida limpando  
 O que o branco sujava, é  
 Imagina só  
 [...]  
 O que o negro penava, é  
 Mesmo depois de abolida a escravidão  
 Negra é a mão  
 De quem faz a limpeza  
 Lavando a roupa encardida, esfregando o chão  
 Negra é a mão  
 É a mão da pureza<sup>17</sup>*

Conforme Almeida (2019, np.), “pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais. Nesse sentido, podemos dizer que é o racismo que cria a raça e os sujeitos racializados”. Pois bem, como visto, o racismo influencia na constituição de subjetividades das pessoas racializadas, em suas relações e em sua inserção na sociedade, mas terá ele influência também sobre aquelas pessoas consideradas por muito tempo como não racializadas? Sendo ele componente basilar da sociedade contemporânea, não há como descartar essa influência, pelo contrário, é necessário nos debruçarmos também sobre como as pessoas brancas são influenciadas por ele para que haja de fato uma real compreensão da estrutura social posta.

Neste sentido, Cardoso (2017) ressalta a importância da inclusão dos brancos na discussão da pauta racial e refere que, por muito tempo se estudou acerca dos tipos de racismo e sobre as especificidades destas ações, porém estes estudos não

---

<sup>17</sup> Letra da canção “A Mão da Limpeza”, composta e gravada por Gilberto Gil em 1984, parte do álbum Raça Humana.

abrangeram os autores destas, aqueles responsáveis por perpetuar o racismo. Em consonância, Bento (2022) evidencia em sua obra a necessidade de deslocarmos “[...] o olhar que está sobre os ‘outros’ racializados, os considerados ‘grupos étnicos’ ou os ‘movimentos identitários’ para o centro, onde foi colocado o branco, o ‘universal’, e a partir de onde se construiu a noção de ‘raça’” (Bento, 2022, p. 15). Um movimento também evidenciado por Schuman (2012) e destacado por ambas as autoras como fundamental para a compreensão dialética das relações raciais, assim como para o desvelamento dos privilégios provenientes delas, os quais são atrelados ao branco e seguem ainda sendo vistos de forma natural. Ainda, segundo as autoras e, conforme pontuado por Cardoso, esse deslocamento de perspectiva é essencial uma vez que o enfrentamento ao racismo deve ser pautado não somente a partir daqueles que o vivenciam, mas também daqueles responsáveis pela manutenção dessa forma de opressão.

Há que se mencionar que a abordagem da pauta racial focada no branco é algo recente, sendo abordada inicialmente pelos pensadores negros Frantz Fanon e Du Bois<sup>18</sup>, os quais tiveram suas publicações iniciais sobre a temática somente no início do século XX. No Brasil, o primeiro autor a fazer esse movimento foi Alberto Guerreiro Ramos (1995), o qual traz o branco enquanto “portador da brancura” e problematiza o fenômeno que denominou como patologia social do branco brasileiro. Segundo Guerreiro Ramos, essa patologia consiste em uma distorção de autoimagem que, especialmente nas regiões norte e nordeste, leva as pessoas de pigmentação mais clara a se manifestarem, em sua auto-avaliação estética, com uma tendência ao embranquecimento, o que o autor denomina como um protesto contra si próprias, contra a sua condição étnica objetiva. Um fenômeno que se origina a partir do ideário coletivo que traz o branco enquanto polo positivo das relações sociais e de poder e, conseqüentemente, também enquanto ideário de estética (Ramos, 1995).

Após esse momento inicial, a identidade racial do branco volta a ser alvo de debate nos anos 2000 por meio do trabalho de Edith Piza que agora utiliza-se do termo branquitude. O termo utilizado pela autora surge a partir da

[...] tradução da palavra inglesa *whiteness*, que se popularizou nos Estados Unidos, em meados de 1990, quando um conjunto de estudos reivindicou

---

<sup>18</sup> Embora os autores tenham grande relevância na temática, para o embasamento deste trabalho foram priorizadas as obras de autores brasileiros.

uma perspectiva inédita para a compreensão do fenômeno do racismo: interrogar o papel dos brancos na construção e manutenção das hierarquias raciais vigentes (Alves, 2022, p. 119).

Em seus primeiros ensaios sobre o tema<sup>19</sup>, a pesquisadora aborda a invisibilidade do branco nas relações sociais, referindo tratar-se de um lugar não-marcado dada a sua noção de hegemonia e universalidade. Piza menciona que, por vezes, a visão do branco sobre si deixa inclusive de ser branca, passando a ser incolor, tamanha a invisibilização de sua própria identidade racial. Invisibilização essa que conseqüentemente se estende também quanto a sua posição social de superioridade e privilégios, reforçando hierarquia racial imposta pelo racismo (2014).

Tomando por base esses estudos iniciais, afinal o que de fato é a branquitude? Alves refere que, embora os estudos sobre o tema tenham sido desenvolvidos de forma multidisciplinar e, por isso, hajam controvérsias,

[...] há ao menos um consenso quanto à sua origem e sua definição mais geral: a branquitude é a uma identidade sócio-histórica, surgida concomitantemente ao projeto de dominação colonial europeia, quando da marcação do povos africanos e nativos americanos como negros e índios (Alves, 2022, p. 120).

A autora complementa referindo que “a branquitude pode ser considerada a primeira de todas as identidades raciais, uma vez que marcar os outros como diferentes de si exige a definição de um nós em contraposição a um eles” (Alves, 2022, p. 121). De acordo com Miranda (2017), a branquitude em si é uma expressão do racismo, já Bento, refere que a branquitude “[...] em sua essência, diz respeito a um conjunto de práticas culturais que são não nomeadas e não marcadas” (2022, p. 62). Indo ao encontro desta definição, Schucman a delimita como

[...] uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade (2012, p. 23).

De modo a delimitar a branquitude, ambas as autoras também citam a obra

---

<sup>19</sup> Ao longo de sua trajetória como pesquisadora, Edith passa a abordar a identidade racial branca a partir do conceito de branquitude, porém, visto que a literatura majoritária trata do tema a partir do conceito de branquitude, este será o conceito alvo de debate nesta obra, o qual a autora aborda em um de seus primeiros artigos sobre o tema intitulado “Porta de Vidro: entrada para branquitude”. Para um maior aprofundamento acerca do conceito de branquitude e seu comparativo com o conceito de branquitude, ver: MOREIRA, Camila. Branquitude É Branquitude? Uma Revisão Teórica Da Aplicação Dos Termos No Cenário Brasileiro. Revista da ABPN. v. 6 n. 13. 2014. **Dossiê Temático “Branquitude”**. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/151>. Acesso em: 21 de jun. de 2024.

da escritora Ruth Frankenberg, que aprofunda o conceito referindo que

1. A branquitude é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial.
2. A branquitude é um “ponto de vista”, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais.
3. A branquitude é um locus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas” em vez de especificamente raciais.
4. A branquitude é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe.
5. Muitas vezes a inclusão na categoria branco é uma questão controversa e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquitude são marcadores de fronteira da própria categoria.
6. Como lugar de privilégio, a branquitude não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam.
7. A branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis.
8. O caráter relacional e socialmente construído da branquitude não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irrealis em seus efeitos materiais e discursivos (Frankenberg, 2004, p. 312).

Como referido por Frankenberg, enquanto categoria relacional, a branquitude não se configura como um grupo homogêneo, pelo contrário é dotada de particularidades e atravessamentos. Nesse sentido, Lourenço Cardoso (2017) parte do conceito inicial de branquitude e traça um novo desdobramento, situando-a por meio de dois conceitos: o de branquitude crítica e acrítica. Como critério para essa distinção entre as “branquitudes”, Cardoso utiliza a desaprovação pública do racismo, referindo então que “branquitude crítica” é aquela pertencente ao indivíduo ou grupo de brancos que desaprovam “publicamente” o racismo, [...] enquanto a ‘branquitude acrítica’ é aquela identidade branca individual ou coletiva que argumenta a favor da superioridade racial” (Cardoso, 2017, p. 33).

Considerando este critério, a branquitude crítica é composta por aquele indivíduo e/ou grupo que pode ser delimitado por

1. Perfil. O branco de maneira em geral.
2. Desaprova o racismo publicamente.
3. [...]
4. Não critica de forma geral o privilégio branco.
5. Vive sob o princípio da igualdade<sup>20</sup>, em tese.

---

<sup>20</sup> Referência ao princípio constitucional que consta no caput do artigo 5º que dispõe que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos

6. Vive sob o signo da modernidade.
7. Ama, convive, “tolera”, “suporta”, convive hipocritamente com o Outro.
8. Não prega o ódio racial.
9. Ele é sincero, ele é hipócrita na sua concepção relativa ao negro (Cardoso, 2017, p. 36-37).

O autor menciona ainda o que podemos referir como uma espécie de gradação da branquitude crítica, quando esse sujeito assume de fato uma postura antirracista, se empreendendo em “desaprender”, “minimizar” e, até mesmo, abolir as suas características racistas. Embora Cardoso utilize o posicionamento público como critério de separação, o autor não deixa de mencionar sua fragilidade, uma vez que, a desaprovação pública não necessariamente reflete em uma desaprovação em âmbito privado e/ou em atitudes antirracistas (Cardoso, 2017). A essa imprecisão, podemos somar a observação trazida por Frankenberg (2004) que reflete sobre a fragilidade da própria consciência racial, referindo que não é incomum que sujeitos migrem facilmente de estados de consciência racial para a inconsciência e, até mesmo, que saiam um posicionamento antirracista para a prática de atos racistas. Portanto, podemos referir que, essa segmentação também não se trata de algo engessado, ao que a autora refere inclusive que, para uma real criticidade acerca das relações raciais, há que se manter uma constante vigilância acerca dos próprios comportamentos e posicionamentos.

A partir deste crivo, Cardoso também delimita o branco acrítico, como sendo aquele

1. Perfil. O branco de maneira específica, membros ou simpatizantes de grupos da “neo-KKK”<sup>21</sup> e neonazistas e outros dessa linha.
2. Não é racista. Ele é “naturalmente” superior a todos os não brancos.
3. [...]
4. Não se baseia necessariamente na comprovação biológica de superioridade porque, na atualidade, tornou-se uma tese insustentável.
5. Defende o privilégio branco.
6. Desconsidera o princípio da igualdade. O princípio seria uma imposição “absurda” da Carta Magna.
7. Vive sob o princípio da desigualdade, apesar do anacronismo.
8. Vive sob o signo da Tradição.
9. Não suporta o Outro.
10. Prega o ódio racial.
11. Ele possui características homicidas declaradas.
12. É sincera na sua concepção a respeito do negro (Cardoso, 2017, p. 36-37).

Diante deste descritivo, podemos referir que o branco acrítico não somente

---

estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (Brasil, 1988).

<sup>21</sup> Referência ao grupo de supremacistas brancos Ku Klux Klan formado nos Estados Unidos.

apresenta ausência de crítica acerca do seu local nas relações raciais, como também se radicaliza, reforçando e defendendo aquele ideário de supremacia racial construído historicamente. Ao delimitar este grupo, Cardoso ainda refere que o branco acrítico é aquele que

[...] realmente não tem consideração para com o Outro, que para ele poderia nem existir; e aqueles que existem, devem se subordinar a ele. O termo crítica pode ser usado em concepções diferentes, de acordo com os autores. Contudo, não deixa de ser um apontamento de um problema, o levantar de uma questão. Isto é, evidencia que as coisas poderiam ser diferentes e não são. No caso do racismo para o branco acrítico, não há nenhum problema em o negro ser maltratado, discriminado injustamente, receber violência física ou moral, e até ser assassinado por ser negro. Afinal, trata-se de um negro, um ser inferior (Cardoso, 2017, p. 38).

É importante referirmos que, de acordo com a conceituação apresentada, para além de reforçar as relações e a estrutura racial posta, a branquitude acrítica pode também oferecer um potencial ofensivo contra as pessoas racializadas. Sendo esse inclusive um fator dificultador para um estudo mais aprofundado acerca desses indivíduos e grupos, especialmente para os pesquisadores não brancos.

Além dessas definições acerca da branquitude e de suas ramificações internas, considerando os estudos acerca do tema, bem como as experiências em campo já citadas, verifica-se a importância de considerarmos o que podemos chamar de uma possível “camada adicional”. Essa camada é aquela composta pelos indivíduos que, embora, por vezes, se posicionem publicamente contra o racismo, não tomaram uma real consciência quanto ao seu local na estrutura racial e quanto à sua identidade racial. Quanto a esse terceiro grupo, que podemos referir como sendo um intermediário entre as branquitudes aqui citadas, cabem dois questionamentos, quais sejam: por que há uma dificuldade na identificação individual de si como um sujeito racializado e que influência essa dificuldade exerce para a manutenção do *status quo* da branquitude?

Pois bem, para chegarmos a uma possível resposta, inicialmente, pensemos aqui acerca da construção da identidade racial de pessoas não brancas - tomando por base relatos cotidianos, além daqueles obtidos por meio das aproximações com a literatura aqui referenciada - o que se verifica é que esse processo se inicia ainda em tenra idade, concomitante ao da própria sociabilidade, uma vez que esses indivíduos têm sua raça reafirmada e “imposta” cotidianamente, sejam elas indígenas, negras ou orientais. Em contraponto, o branco se constitui geralmente desprovido desse determinante racial, visto que, salvo raras exceções, sua raça não

é um referencial de si ou um impeditivo para o acesso a oportunidades, também não o torna um alvo mais suscetível a sofrer violência e não influencia em suas relações. Portanto, esse sujeito considera suas subjetividades provenientes de processos individuais e, no máximo, influenciadas pelos determinantes de classe e gênero, descartando que sua identidade racial tenha também influência na constituição delas.

A autoconsciência acerca da identidade racial vai além de auto identificar-se como pessoa da raça branca, ela envolve também a compreensão do lugar que se ocupa na sociedade e, conseqüentemente, de como ele é determinante para o lugar ocupado pelo outro. Em seu ensaio, Miranda (2017) traz alguns relatos de pessoas brancas e de sua percepção dos seus próprios privilégios. Nestes relatos, há aqueles que referem não considerar que sua raça tenha sido um diferencial ao longo da sua trajetória, porém há também aqueles que referem que, de certa forma, tiveram algum nível de vantagem devido a isso. Em um dos relatos, o entrevistado refere somente ter percebido o quão sua branquitude lhe angariava vantagens, quando passou a conviver cotidianamente com pessoas negras e perceber o tratamento desigual que estas recebiam em diversas situações. Neste sentido, Corossacz (2017) refere que ocorre um reconhecimento da existência de uma maior carência das pessoas negras, no entanto, não se reconhece a correlação direta que o privilégio branco tem com essa carência. Segundo a autora,

Esse mecanismo, em que o branco, por assim dizer, sai de cena para deixar o papel central da ação para o negro, é muito comum e comporta a falta de consciência ou a consciência parcial das conseqüências da própria condição de branco, que se exprime pela incapacidade de descrever o que implica ser classificado como branco (2017, p. 212-213).

Em consonância, Miranda cita que o que se verifica é que

Não pensar sobre, não refletir sobre si e o outro diferente é a regra. A desigualdade é naturalizada, internalizada no cotidiano como normal. Como perceber o próprio privilégio se o que se chama de privilégio é o que se entende como o justo? A desigualdade é a norma. Se a situação do não branco é de injustiça, logo a ideia do mérito é acionada como justificativa (Miranda, 2017, p. 63).

Ainda sobre essa negação, Almeida ressalta que “os privilégios de ser considerado branco não dependem do indivíduo socialmente branco reconhecer-se ou assumir-se como branco, e muito menos de sua disposição em obter a vantagem que lhe é atribuída por sua raça” (2019, np.). Porém, o não reconhecimento dessa identidade racial traduz-se em um componente fundamental para a manutenção

desse privilégio que, segundo Cida Bento

[...] é entendido como um estado passivo, uma estrutura de facilidades que os brancos têm, queiram eles ou não. Ou seja, a herança está presente na vida de todos os brancos, sejam eles pobres ou antirracistas. Há um lugar simbólico e concreto de privilégio construído socialmente para o grupo branco (Bento, 2022, p. 63-64).

Contudo, há também um estado ativo quanto a essa posição de privilégios, o qual Bento denomina como prerrogativa branca e que “[...] diz respeito a uma posição ativa, na qual brancos buscam, exercitam e aproveitam a dominação e os privilégios da branquitude” (Bento, 2022, p. 63-64). Quanto a esse estado ativo, Bento refere ainda a existência de uma espécie de pacto da branquitude, no qual verifica-se o ímpeto de preservação do status do grupo racial, onde há um imaginário de que o outro, o diferente, representa uma ameaça ao normal, ao universal que é a branquitude e, portanto, conserva-se uma espécie de distanciamento seguro (Bento, 2022).

Pelo exposto, reafirma-se que pensar sobre a própria identidade racial é mais do que um reconhecimento das características individuais que se assemelham ou se diferenciam das dos demais. É também o reconhecimento das vantagens atinentes a essa identidade. Implica reconhecer que seu lugar na sociedade não é somente fruto de processos individuais ou meritocráticos, mas também de processos históricos coletivos, os quais são imbricados e determinados pelo pertencimento ou pela aproximação com um determinado grupo racial.

Sendo assim, o despertar da consciência racial é também o despertar para os próprios privilégios e implica renunciar a visão de mérito individual, sendo, portanto, uma ruptura brusca do estado de alienação vivenciado até então. A fim de ilustrar esse despertar para a consciência, Piza faz uma correlação dele com o impacto contra uma porta de vidro, referindo que,

[...] bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno no vidro, a fechadura, os gonzos de metal que mantinham a porta de vidro. Isto resume, em parte, o descobrir-se racializado, quando tudo o que se fez, leu ou informou (e formou) atitudes e comportamentos diante das experiências sociais, públicas e principalmente privadas, não incluiu explicitamente nem a mínima parcela da própria racialidade, diante da imensa racialidade atribuída ao outro. Tudo parece acessível, mas, na realidade, há uma fronteira invisível que se impõe entre o muito que se sabe sobre o outro e o quase nada se sabe sobre si mesmo (Piza, 2014, p. 61).

Ultrapassar essa porta de vidro seria então abraçar o desconforto de visualizar a realidade desigual que se presentifica na sociedade e, por isso, um

processo complexo. Esse desconforto, que já é um lugar conhecido pelo outro, é ainda estranho para aqueles que se julgam universais. Em uma de suas canções Emicida versa sobre a felicidade, aduzindo que “a felicidade do branco é plena”, enquanto “a felicidade do preto é quase”<sup>22</sup>. Ora, será esse desvelar da alienação também o renunciar a uma felicidade plena individual em prol de uma felicidade coletiva a ser construída e que abarque a todos?

O rompimento do processo de alienação acerca das relações raciais é portanto complexo e dialético, ou seja, envolve diversas camadas, entre elas a renúncia, a empatia e o senso de coletividade. Contraditoriamente, embora implique nessa visão de coletividade, ele é essencialmente individual, pois, como elucidado por Schucman,

É preciso pensar que os parâmetros citados como características da identidade racial branca produzem significados, sentidos e formas de agir e se movimentar no mundo diferentes em cada sujeito, ao passo que cada sujeito percebe de forma diferente cada um destes aspectos, cada sujeito se torna branco e exerce o poder da branquitude de uma maneira, entrecruzando sempre com outros aspectos relacionados à classe, gênero, história de vida, etc (Schucman, 2012, p. 30).

Sendo assim, tomar consciência de como o racismo engendrado na estrutura social influencia na sua realidade e é também reproduzido pelas suas ações e omissões, traduz-se em um processo dialético e singular e que, muitas vezes, requer uma provocação externa para o seu despertar. A provocação referida, pode ocorrer pela convivência cotidiana com pessoas racializadas ou, até mesmo, pelo convite externo à reflexão. Pensando nesta segunda possibilidade, demarca-se a importância do trabalho em Serviço Social, e do seu potencial socioeducativo, como impulsionador de reflexão individual, potencial que será alvo de aprofundamento ao longo do segundo capítulo do presente trabalho.

---

<sup>22</sup> Trecho da canção “Ismália” parte do álbum intitulado “Amarelo” de Emicida.

### 3. O TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL E A LUTA ANTIRRACISTA

O segundo capítulo deste trabalho conta também com duas seções, onde realiza-se uma aproximação entre os processos de racialização e a estrutura racial, já contextualizados ao longo do primeiro capítulo, e o trabalho em Serviço Social. Na primeira seção é contextualizada a relação entre o racismo estrutural e a gênese do Serviço Social. Já na segunda seção, primeiramente é contextualizado acerca do compromisso ético-político que o Serviço Social assume com a luta antirracista e, posteriormente, é discorrido sobre o papel do trabalho socioeducativo junto à branquitude e sobre sua importância na luta antirracista.

#### 3.1. O EMBRICAMENTO ENTRE O RACISMO E A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL

*Somos herança da memória  
Temos a cor da noite  
Filhos de todo açoite  
Fato real de nossa história  
Se o preto de alma branca pra você  
É o exemplo da dignidade  
Não nos ajuda, só nos faz sofrer  
Nem resgata nossa identidade<sup>23</sup>*

Como já referido neste capítulo abordaremos a importância do trabalho em Serviço Social no enfrentamento das desigualdades sociais provenientes da estrutura racial posta, no entanto, para além do trabalho interventivo junto aos indivíduos, é importante pensarmos em outros aspectos acerca da intersecção entre o racismo e a profissão. Sendo o Serviço Social uma profissão que intervém na realidade, mas que também é proveniente desta, faz-se crucial destacarmos a importância da pauta racial para a profissão. Neste sentido, Montaño refere que

A história e a sociedade são postas apenas como o cenário de desenvolvimento profissional (não como sua determinante), como uma maquete onde se insere uma peça autônoma do contexto. Nessa crônica historiográfica realiza-se, portanto, uma descrição dos eventos profissionais, sem relação imanente visível entre o desenvolvimento do Serviço Social e a história da sociedade. Desta forma, os fatos, tanto do Serviço Social quanto da história, são naturalizados; constrói-se a “história” (e a “história do

---

<sup>23</sup> Trecho da canção intitulada “Identidade” de Jorge Aragão, lançada em 1992, parte do álbum “Chorando Estrelas”.

Serviço Social”) sem recuperar a processualidade histórica, num claro etapismo (Montaño, 2009, p. 28).

Portanto, de modo a realizarmos uma leitura dialética da realidade, considerando a importância da totalidade e da historicidade para tal, cabe fazermos uma breve retomada de como as relações raciais transpassam e se engendram na profissão desde a sua origem.

Inicialmente cabe voltarmos nosso olhar ao período que remete às protoformas do Serviço Social, ou seja, àquele que remonta às primeiras décadas do século XX. Dada a recente libertação dos últimos escravizados, bem como a também recente proclamação da república brasileira, emergia uma nova sociedade, a qual, no entanto, trazia consigo valores decorrentes do período colonial, como o racismo. Neste período, as teorias racialistas que buscavam explicar diversos aspectos da sociedade entravam em ebulição a nível global e, no Brasil, não seria diferente, uma vez que aqui estas se tornaram

[...] um importante substrato ideológico da elite intelectual colonizada. Todo o pensamento sobre raça que vinha da Europa era não somente repetido, mas adaptado quanto às necessidades de manutenção do poder como ao desejo de alcançar para o país uma imagem cada vez mais próxima da europeia branca (Silva, 2022, p. 39).

Assim como estas teorias, a visão europeia acerca do próprio país tinha também forte influência sobre a elite e sobre o governo brasileiro da época. Sendo assim,

A constatação, por parte dos europeus, da impossibilidade de progresso do Brasil, dada a sua composição racial criou na intelectualidade brasileira a necessidade de formar uma concepção sobre o Brasil. O sucesso do positivismo de Augusto Comte na Europa inspirou também muitos pensadores brasileiros. A filosofia positiva preconizava a reforma da sociedade tendo em vista seu funcionamento racional, tal qual um organismo ou uma máquina. Os republicanos abraçaram essa filosofia “racional e científica” em contraposição àquela “católica e régia” vigente durante o Império. Consolidado o dístico “Ordem e Progresso” [...], o positivismo inaugurou a República brasileira com uma visão laica, disciplinar e anticlerical (Diwan, 2007, p. 91).

Buscando promover uma aproximação com estes pressupostos positivistas, bem como com o ideário de progresso europeu, as atenções agora voltavam-se a promover o melhoramento da imagem do país. Com esse intuito, inicia-se um intercâmbio de ideias com intelectuais europeus, sendo alguns inclusive trazidos ao país pelo governo, de modo a estudar e entender a realidade brasileira. A partir destas visitas exploratórias, o principal apontamento feito por estes intelectuais foi

acerca da população mestiça, a qual começava a ganhar maiores proporções, uma vez que o Brasil contava agora com uma população composta por indígenas, africanos e seus descendentes, por migrantes europeus e por aqueles frutos da miscigenação destes povos. Para estes intelectuais, a mestiçagem consistia em um fator decisivo para o atraso do país, uma vez que acreditavam que

[...] o progresso estava restrito a sociedades “puras”. A miscigenação seria, portanto, um fator antievolutivo, subvertendo as ideias do biólogo Charles Darwin. Para eles, a hibridização resultava sempre na permanência do gene mais fraco, menos apto e na potencialização dos defeitos e imperfeições, gerações após gerações (Diwan, 2007, p. 89).

É a partir do exposto que inicia-se a agenda pública em prol da limpeza que se entendia necessária para o progresso do país. Agenda esta que tinha como embasamento teórico uma ciência<sup>24</sup> surgida na Inglaterra e denominada de eugenia<sup>25</sup>, a qual tinha centralidade no ideário de supremacia racial e trazia como premissas

Purificar a raça. Aperfeiçoar o homem. Evoluir a cada geração. Se superar. Ser saudável. Ser belo. Ser forte. [...] Para ser o melhor, o mais apto, o mais adaptado é necessário competir e derrotar o mais fraco pela concorrência. Luta de raças. Para a política, luta de classes (Diwan, 2007, p. 21).

Já em expansão também em outros países, a eugenia começa a ser introduzida no Brasil no final do século XIX e é difundida nas primeiras décadas do século XX.

O seu período de maior divulgação coincide com a organização do mundo do trabalho livre no pós-abolição e com a preocupação da República brasileira em controlar as massas de populações negras trabalhadoras assalariadas ou não. Aqui, a solução eugênica travestida como higienismo ofereceu a possibilidade de um controle racial alinhado com a formalidade do contrato social estabelecido pela abolição, o que garantiu ao Estado a justificativa para uma intervenção rígida sobre o grande contingente de indivíduos diagnosticados como inferiores, incapazes para o exercício da liberdade, perigosos, responsáveis por perturbações da ordem e, portanto, do progresso da nação (Silva, 2022, p. 40-41).

Dialogando com os ideais vigentes à época, a eugenia logo angariou apoiadores em diversas áreas do conhecimento e, até mesmo, do próprio Estado. No Brasil, o principal expoente sobre a temática foi o médico Renato Kehl<sup>26</sup>, um adepto da vertente mais radical do movimento. Em uma de suas publicações<sup>27</sup>, o

<sup>24</sup> Embora atualmente seja considerada uma pseudociência, durante muito tempo, a eugenia foi utilizada como embasamento teórico e considerada ciência por teóricos e médicos em âmbito mundial.

<sup>25</sup> Ver mais em: DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. p. 21.

<sup>26</sup> Ibidem item 23, p. 123.

<sup>27</sup> Declaração que consta no livro Lições de eugenia, de Renato Kehl, publicado no ano de 1929.

médico chegou a referir que a nacionalidade brasileira só embranqueceria “[...] à custa de muito sabão de coco ariano”. Segundo Diwan, “[...] entendia-se que dessa premissa dependia a melhoria da raça brasileira. Essa imagem de limpeza remet[eu] também ao modo como deveriam agir os eugenistas: esfregando, torcendo e branqueando os corpos do povo brasileiro, como se fossem roupas sujas” (2007, p. 87, colchetes nosso).

Concomitante ao crescimento do movimento eugenista, vigorava o movimento higienista, o qual teve seu início em 1829 e, segundo Larocca, “[...] formatou-se como conhecimento e intervenção política no corpo social por meio de prescrições intervencionistas no organismo humano” (2009, p. 84). O higienismo trazia entre suas defesas que

Cuidar era preciso, civilizar era necessário, higienizar se fez imprescindível e a modernização e o progresso seriam os resultados colhidos. Pensando assim, além de higienizar e curar corpos individuais, foi necessário atuar nas saúdes das cidades. Desse modo, os discursos médicos revelaram modelos de conhecimento sobre a estrutura das doenças aliados a propostas intervencionistas de cunho saneador, que pretendiam organizar os espaços urbanos: residências, indústrias, cemitérios, escolas, entre outros (Larocca, 2009, p. 84).

Na década de 1920, houve a superposição dos movimentos higienista e eugênico por meio da adesão de membros do primeiro ao segundo, instituindo então o *higienismo eugênico* (Silva, 2022). Contemporânea a essa espécie de fusão, ocorre também o início da institucionalização destes movimentos, a qual é inaugurada por Renato Kehl em 1918 quando da fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo. Sociedade essa que tinha como finalidade promover o estudo e a aplicação da teoria eugênica (Goés, 2022).

No mesmo ano é fundada a Liga Pró-Saneamento do Brasil (LPSB), cinco anos depois se institui a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), e dentro desse contexto emerge a Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE), em 1931. Nesse clima, o movimento eugenista ganha vulto ao ponto de o Brasil realizar o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929 [...] (Goés, 2022, p. 33-34).

Dentre as instituições citadas, Silva destaca a influência da LBHM, uma vez que, além de congregar nomes influentes da ciência no período, a ela foram associadas grande parte das ações realizadas pelo movimento higienista eugênico. Ademais, “a Liga concentrou esforços também na barragem da imigração de indesejáveis, reivindicando que o Brasil deveria adotar rigorosos critérios seletivos, negando a entrada, por exemplo, de africanos negros e asiáticos [...]” (Silva, 2022, p. 41). Outra defesa feita pelos partidários do movimento, foi acerca da necessidade de

intervenção estatal, estes acreditavam que

[...] o melhoramento da sociedade brasileira [deveria ocorrer] a partir da efetivação de políticas de Estado, ou seja, somente o poder público seria capaz de sanear, higienizar e construir um “povo” puro, limpo e eugenizado. Aos classificados como degenerados seria preciso construir políticas, visando o impedimento de sua reprodução por meio de métodos de esterilização, criação de espaços para os considerados indesejáveis (os manicômios), o combate à filantropia (visto que os eugenistas acreditavam que a caridade contribuía para a reprodução dos concebidos “desclassificados”) e todos os atributos que colaboravam para a pulverização dos “anormais” (Goés, 2022, p. 33, colchetes nosso).

Ao passo que o higienismo eugênico ganhava corpo por meio da criação de instituições, “[...] promoveu-se a naturalização e a validação tanto para o Estado como para a população em geral, da relação entre racionalidade/progresso e hierarquização racial” (Silva, 2022, p. 43). Com a aceitação progressiva da teoria, em 1934 é promulgada uma nova Constituição Federal, que trazia em seu escopo a previsão de intervenções higienistas por parte dos Entes estatais:

Art. 138. Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;**
- c) amparar a maternidade e à infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas** tendentes a restringir a mortalidade e a morbidade infantis; e **de higiene social**, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
- g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais (Brasil, 1934, grifos nossos).

Agora positivadas em lei,

As prescrições de modos de vida “adequados” e a correção de comportamentos “patológicos” como estratégia de prevenção e manutenção da saúde tornaram-se hegemônicas e influenciaram os currículos das profissões de contato direto com a população. A eugenia passou de elemento conceitual a objetivo dos programas de higiene mental (Silva, 2022, p. 42).

É neste contexto histórico e político que se institucionalizam também os primeiros serviços sociais estatais (Silva, 2022) e, de modo a conduzir uma prática social que respondesse às exigências daqueles que dominavam o poder, promovendo e coordenando as ações de ajustamento social, nasce o que futuramente viria a ser o Serviço Social. Montaño reforça esse papel da profissão em sua gênese, aludindo que

O Serviço Social não é apenas uma possibilidade, não se cria a partir de si mesmo, não surge somente como uma evolução das ações que os filantropos resolveram imprimir às suas práticas. Ele é dinamizado e estimulado (pois é necessário aos fins e a manutenção desta ordem) pelo projeto conservador [...] (2009, p. 33).

Martinelli reforça esse vínculo com o conservadorismo ao referir que o início da profissão “[...] remonta aos primeiros anos da década de 30, como fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica [...]” (2011, p. 122). Ainda segundo a autora, é também neste contexto que iniciam-se as formações relativas à profissão.

Em São Paulo, numa conjugação de esforços da nascente burguesia e de setores da própria Igreja Católica havia sido criado, na esteira do movimento constitucionalista de 1932, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo - CEAS, que desempenhou um importante papel no sentido de qualificar os agentes para a realização da prática social. Nesse Centro, como fruto da iniciativa das cónegas de Santo Agostinho, no Brasil realizou-se o primeiro curso de preparo para o exercício da ação social, que sob a denominação de Curso Intensivo de Formação Social para Moças [...]. A clientela desse primeiro curso foi constituída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja, e todas pertencentes a famílias da burguesia paulista (Martinelli, 2011, p. 123).

Se em sua gênese as principais bases do Serviço Social foram aquelas advindas do conservadorismo católico, quando ocorre

[...] um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização [este] vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis. [...] É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação. Particularmente em sua orientação funcionalista, esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório [...] (Yazbek, 2009, p. 6, colchetes nosso).

Yazbek alude ainda que este momento da profissão é “[...] caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, [o qual] reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador (agora, pela mediação das Ciências Sociais)” (Yazbek, 2009, p. 5, colchetes nosso). É importante aqui recordarmos que, os conteúdos programáticos das escolas de Serviço Social eram ainda marcadas pela ideologia e pela política higienista, o que inclusive reforça esse novo suporte

técnico-científico. Em consonância com a autora, Faleiros refere que, neste momento, o objetivo da atuação profissional “[...] era eliminar carências, disfunções, problemas de desadaptação, problemas de condutas desviadas. Buscava-se melhorar a sociedade existente, sem entretanto colocá-la em questão” (1983, p. 65).

O autor ratifica ainda que,

O Serviço Social, ao buscar o melhoramento da sociedade pela correção de certos desvios, justifica essa melhora pela evolução, pela modernização, pela reintegração de certos elementos desviados num todo harmônico. A prática social assim utiliza técnicas aceitas pela sociedade, para que os desviados e marginalizados possam ser reconduzidos a um fim social que a própria sociedade considera útil a ela mesma. Assim é racional o que é útil, o que pode servir à manutenção da ordem estabelecida. O saber busca, especificamente no caso do Serviço Social, meios, mediações, para que se alcancem os objetivos gerais do sistema, pela reintegração dos elementos isolados e desviados (Faleiros, 1983, p. 66).

Sendo assim,

[...] o trabalho se volta ao circunstancial: a mudanças de local, à prestação de serviços isolados, a curso de costura, à capacitação doméstica, sem a perspectiva do contexto estrutural global e de análise das condições das relações de poder dentro das instituições. Essa concepção neopositivista serve evidentemente ao processo de dominação e de exploração (Faleiros, 1983, p. 68).

No contexto político, se dava a primeira etapa do governo Vargas, uma gestão que figurava como garantidora de direitos sociais, mas que se utilizava destes como manobra populista e de controle da massa crescente de trabalhadores que paulatinamente passavam a se organizar coletivamente em prol de seus direitos.

Portanto,

Prestando-lhe importantes serviços e respondendo a interesses do capital, seja reduzindo o valor da força de trabalho, seja garantindo a expansão do capital pela produção e reprodução da mesma, o Serviço Social avançou em seu processo de institucionalização. A política legalista e corporativista do Estado Novo não tardou em favorecer sua inserção na divisão social do trabalho, como conjunto das atividades legalmente reconhecidas, assim como tratou de normatizar o ensino de Serviço Social (Martinelli, 2011, p. 129).

Com isso, passa a ser vinculada à atuação desses profissionais também a concessão de benefícios, que, à época, eram uma garantia exclusiva dos trabalhadores e consistiam em “[...] empréstimos, assistência médica, social e auxílios materiais, encobriram as reais intenções subjacentes (Martinelli, 2011, p. 124). Ao passo que benefícios eram concedidos, o governo também se estruturava de modo a ter um maior poder disciplinador quanto às relações de trabalho, visando uma maior dominação sobre a classe trabalhadora em si. Como estratégia, o governo passa a adentrar também a estrutura sindical, que assume um papel

figurativo e passa a defender também os interesses estatais e da classe dominante. Em contraponto, fortalecia-se a organização coletiva dos trabalhadores, exercendo um papel tensionador na busca por direitos. Em meio a essa arena de disputas, ocorre o golpe de estado de 1937, que dá início ao chamado “Estado Novo”, ainda sob o comando de Getúlio Vargas<sup>28</sup>.

Foi em meio a esse complexo quadro que o Serviço Social iniciou a trajetória em direção à sua profissionalização no Brasil. O interesse marcadamente utilitarista da burguesia e a ética reificada que lhe dava sustentação tornavam justificada a atitude da classe dominante de se apropriar dos trabalhos desenvolvidos pelos filantropos e pelos agentes sociais, conferindo-lhes uma conotação política e ideológica, em termos de controle e repressão (Martinelli, 2011, p. 124).

Em consonância, Iamamoto refere que, neste período,

[...] o Assistente Social é solicitado não pelo seu caráter propriamente técnico-especializado de suas ações, mas antes e basicamente pelas funções de cunho “educativo”, “moralizador” e “disciplinador” [...]. [Desta forma,] o assistente social aparece como profissional da coerção e do consenso, cuja ação recai no campo político (1992, p. 42).

Ao longo das décadas seguintes a atuação profissional seguiu “criando e recriando o fetiche da prática e reproduzindo ações delimitadas pelos interesses da burguesia, os agentes profissionais eram cada vez mais aprisionados pelos tentáculos da alienação, o que tornava mais complexa a tarefa de romper a malha reificante que os envolvia” (Martinelli, 2011, p. 128). Fosse esse rompimento para uma real compreensão sobre a própria inserção social do trabalho em Serviço Social ou fosse ela relativa às relações de opressão vivenciadas por aqueles destinatários de seu trabalho.

O questionamento a este referencial tem início no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o

---

<sup>28</sup> Getúlio Vargas governou entre os anos 1930 e 1945. Durante esse período governou constitucionalmente entre 1930 e 1937 e, após um golpe de estado no ano de 1937, seu governo tornou-se ditatorial.

marxismo vai configurar para o Serviço Social latinoamericano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo (Yazbek, 2009, p. 6-7).

Como referido por Yazbek (2009), a revisão teórico-metodológica e de atuação em modo global da profissão ocorre de forma lenta e processual, passando por diferentes fases ao longo das décadas de 60 e 70. Ao final dos anos 70, com a ampliação e o aprofundamento do debate e das produções intelectuais acerca da orientação da profissão, o Serviço Social adentra uma nova fase de sua história, a de intenção de ruptura com o conservadorismo<sup>29</sup>. Neste momento da profissão,

[...] sua teleologia aponta para a transformação social, com o reconhecimento da necessária vinculação do Serviço Social às classes trabalhadoras e movimentos sociais na construção de tal transformação. Suas dimensões política e ética pautam-se na perspectiva emancipatória explicitada pela assunção do compromisso com a classe trabalhadora e a demarcação da historicidade dos processos sociais. Tem como referência teórica o materialismo histórico-dialético que lhe traz a visão do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo e, portanto, o assistente social como classe trabalhadora, que é contratado pela burguesia para atender as demandas da classe trabalhadora, tendo nesse projeto papel fundamental na organização e conscientização de classe (Cardoso, 2013, p.194).

Como fechamento, é importante também retomarmos nossa contextualização acerca dos desdobramentos do outro objeto de aprofundamento desta seção, o racismo - aqui materializado por meio do movimento eugênico higienista devido ao período histórico delimitado - que, no decorrer das décadas, também adquire novas roupagens e meandros. Se inicialmente eram exaltados, com o passar do tempo os signos da eugenia, especialmente aqueles mais radicais, passaram a ser mal vistos pela sociedade. Essa hostilização se intensifica especialmente com a instituição da eugenia nazista durante a segunda guerra mundial, o que fez com que o movimento seja repudiado a nível global. No Brasil, ao passo que a decadência da eugenia se intensificava, mesmo com a superposição dos movimentos eugênico e higienista, a primeira passa a ser neutralizada da imagem do movimento e suprimida quando da divulgação de ações. Assim, paulatinamente a eugenia cai no esquecimento enquanto o higienismo permanece durante as décadas seguintes e segue sendo matriz para as profissões vinculadas ao cuidado. Em consonância com o movimento visualizado no Serviço Social, na década de 70 o higienismo passa a ser alvo de debate por profissionais e intelectuais voltados à saúde pública. Posteriormente,

---

<sup>29</sup> Ver mais em: YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social**. 2009.

esse movimento inicial, ganha corpo e resulta na reforma sanitária, a qual traz alternativas de cuidado em busca da superação do ideário higienista<sup>30</sup>.

Embora evidencie-se neste contexto histórico, no Serviço Social, uma intenção de ruptura com as vertentes conservadoras, e, na área da saúde como um todo, o início de um processo de ruptura com os ideários eugenistas e higienistas que preconizavam a hierarquização racial, é importante destacarmos que, em nenhum dos casos ocorre de fato um encerramento destes. Trata-se na verdade de um processo gradual e tortuoso onde as vertentes conservadoras, e ainda impregnada dos valores voltados ao capital e à hierarquização, e aquelas dotadas de uma visão crítica passam a coexistir. Sendo assim, faz-se fundamental o posicionamento constante no sentido de promover o enfrentamento a essas vertentes retrógradas que, de tempos em tempos, tornam a se fortalecer, assumindo novas roupagens, mas defendendo os mesmos ideais.

### 3.2. COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO E TRABALHO SOCIOEDUCATIVO: A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA

*Há três tipos de gente  
Os que imaginam o que acontece  
Os que não sabem o que acontece  
E nós que faz acontecer  
Do bolo, o glacê  
Unidos a gente fica em pé  
Dividido a gente cai<sup>31</sup>*

Como referido, após iniciado o movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo, o Serviço Social inicia uma agenda majoritariamente emancipacionista - importante reforçarmos que a veia conservadora não deixa de existir, somente sai de centralidade - e alinhada de fato com a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Com isso, paulatinamente pautas sensíveis e que transpassam a vida desses sujeitos vão aos poucos também sendo incorporadas às discussões e tomadas como balizadoras na atuação profissional. Esse processo se consolida com a instituição do Código de Ética da profissão, em 1993, que traz entre

<sup>30</sup> Ver mais em Acervo da Reforma Sanitária. **Reforma Sanitária**. Disponível em: <https://portaldareformasaneitaria.org/services/reforma-sanitaria/>. Acesso em: 21 de jun. de 2024.

<sup>31</sup> Trecho da canção “Um bom lugar” do rapper Sabotage, parte do álbum intitulado ‘Rap É Compromisso’ lançado no ano 2000.

seus princípios fundamentais:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

[...]

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

[...]

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012, p. 23-24).

A formalização destes compromissos, consiste em um grande passo para esse “novo” Serviço Social que tem como motor a busca por uma nova ordem societária por meio do enfrentamento às expressões da questão social.

Já na contemporaneidade, a pauta racial ganha centralidade a partir das entidades representantes da categoria. No âmbito da ABEPSS, após o XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social, realizado em 2016 é criado o grupo temático de pesquisa Serviço Social, intitulado “Relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades”, o qual buscava incluir a pauta na formação e fomentar a ampliação das pesquisas acerca do tema. Já no ano seguinte, foi lançada a Campanha de Gestão (2017-2020) do Conjunto CFESS-CRESS, que teve como mote “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” e, segundo o próprio conjunto, consistia em uma convocação para a categoria, ao que referiram

Seu ponto de partida é incontestável: a existência e reprodução, em grande escala, do racismo estrutural no Brasil, que se expressa em muitas e diferentes dimensões. Caracterizando-se como parte das vivências associadas às expressões da “questão social” no país, o racismo precisa ser discutido, refletido e, sobretudo, combatido – nunca negado, pois negar sua existência significa aceitar a ideologia do embranquecimento, propagada pela burguesia, e desconsiderar a luta de resistência do povo negro (CFESS; CRESS, 2020, p. 8).

Dada a sua importância, a campanha se expande e a pauta é incorporada também pela ABEPSS e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Em consequência, “[...] observa-se que os cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social tiveram ampliado, nesse período, o volume de produções acadêmicas, publicações, disciplinas e ações políticas relacionadas ao tema da questão étnico-racial” (CFESS; CRESS, 2020, p. 8-9).

Outro marco recente, no ano de 2022, foi a publicação da Nota Técnica

sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. A referida nota, atendendo a deliberação da Plenária Nacional CFESS-CRESS - Etapa de Monitoramento de 2021, ressalta

[...] a importância da coleta do quesito raça/cor/etnia no âmbito da pesquisa acadêmica, da intervenção profissional, da produção de documentos técnicos e na elaboração de planos, programas e projetos nas diferentes políticas públicas em que profissionais do Serviço Social desenvolvem suas funções (Eurico, 2022, np.).

Aqui é importante ressaltarmos que a coleta do dado é fundamental em nível de diagnóstico que se desdobram em planos, programas e/ou projetos, entretanto é também essencial para uma compreensão da temática que ultrapasse aquela essencialmente imbricada à questão social. Conforme destacado por Souza, para uma intervenção antirracista, bem como para o rompimento de paradigmas reprodutores das hierarquizações raciais dentro da própria profissão, é necessário que o racismo seja visto não somente enquanto uma das expressões da questão social emergentes, mas também enquanto categoria fundante das relações sociais, ao que afirma que

O racismo molda o modo de ser e de existir de todos os sujeitos na sociedade burguesa de origem colonialista, perpassa todas as relações sociais desde as relações de produção até as relações mais subjetivas, psicológicas, sexuais e afetivas, está nas entranhas do modo de ser dos sujeitos inseridos nessa sociedade. [...] Reconhecê-lo e evidenciar seu movimento concreto é fundamental para combater as relações sociais que o reproduz e que são reproduzidas por ele (Souza, 2020, p. 385).

Posicionamento este que vai ao encontro do de Silvio Almeida, o qual referiu que “em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo” (2019, sp.). Ademais, sendo estruturante e responsável por perpetuar e agudizar as relações de opressão, não há também como pensarmos o racismo sem também considerarmos sua inter-relação com o sistema capitalista, fato afirmado por Goés quando refere que “[...] o capitalismo não nasceu do racismo, pois o racismo é consequência do capitalismo” (2022, p. 28). O autor ainda alude que

[...] quem quiser entender o capitalismo brasileiro e qual a sua articulação com o racismo é preciso identificar os aspectos que compõem a classe burguesa no Brasil, pois foram os embates encampados pelos africanos que aflorou o “medo” branco, obrigando as elites a criar uma engrenagem estatal - e jurídica - militarizada. Por essa razão aqui existe uma tradição antidemocrática devido às lutas dos movimentos sociais, dos trabalhadores escravizados e uma burguesia que precisa ser violenta contra a classe trabalhadora. Assim, a ideologia do racismo é um ingrediente que nos

permite entender como se efetivam as lutas de classes (Goés, 2022, p. 29).

A partir do exposto, podemos afirmar que os determinantes raça e classe são intrinsecamente conectados, fato esse que ratifica a necessidade de comprometimento da profissão com a pauta. Reconhecer essa conexão é inclusive uma forma de promover a efetiva garantia de direitos, pois, uma vez que, como já referido no primeiro capítulo, a maioria das(os) trabalhadoras(es) brasileiras(os) são negras(os), faz-se fundamental um maior conhecimento acerca das mazelas vivenciadas por esses indivíduos devido à intersecção raça e classe.

Tendo em vista o trabalho em Serviço Social, cabe ressaltar também a necessidade de a atuação profissional voltada ao rompimento da alienação que é perpetuada pela intersecção de racismo e capitalismo. Para tal, é necessário que tenhamos em mente a atuação em três frentes, primeiramente fortalecendo a população vitimada, secundamente, por meio do posicionamento dentro das instituições sócio-ocupacionais onde se insere, e por fim, mas não menos importante, promovendo a reflexão por parte daqueles que são co-responsáveis por essas violências, as pessoas brancas.

É sabido que, ao longo dos séculos - dos quilombos aos movimentos sociais - a população negra resistiu, se organizou coletivamente e protagonizou diversos enfrentamentos ao sistema e àqueles que a oprimiam. No entanto, com o avanço da política neoliberal e de sua ideologia de individualização, que enfraqueceu consideravelmente as lutas coletivas, ocorreu também uma intensificação da alienação. Esta, que estudamos enquanto categoria do método histórico-dialético, é fator crucial para o recrudescimento e a perpetuação das relações de opressão, uma vez que desconecta o sujeito - que, por vezes, já tem como foco principal a garantia do mínimo para a sua sobrevivência - da realidade vivenciada, não permitindo que identifique as amarras que lhe oprimem e mantém o status quo. Portanto, a intervenção de modo a promover um rompimento do véu da alienação faz-se essencial, uma vez que, é por meio dessa tomada de consciência que ocorre o fortalecimento individual dessas pessoas e, também por meio dela, pode nascer o senso de coletividade necessário para o enfrentamento coletivo das mazelas vivenciadas individual e coletivamente.

Como referido, o posicionamento das(os) assistentes sociais perante as instituições em que atuam também é essencial, pois, como referido por Almeida, são estas instituições que figuram também entre os principais atores na perpetuação do

racismo. Segundo ele,

[...] a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (2019, np.).

Aqui há que se mencionar o Estado, que, como já mencionado ao longo deste trabalho, dado o seu caráter regulador na sociedade, tem influência vital tanto no rompimento, quanto na perpetuação das relações de poder. Ademais, desde os primórdios da profissão, são estes mesmos Entes estatais os principais espaços sócio-ocupacionais onde as(os) assistentes sociais se inserem. Se antes, enquanto agentes estatais, as(os) assistentes sociais eram responsáveis por perpetuar e impor aos mandatários de atendimento à visão hegemônica defendida pelo Estado, neste segundo momento cabe a estes mesmos profissionais oferecer o contraponto e fazer a defesa do seu projeto ético-político. Sendo trabalhadoras(es) e, portanto, também subordinadas(os) a estas instituições, por vezes essa defesa se concretiza por meio da mediação entre os interesses da população demandária e os institucionais, no entanto, mesmo com esse balizamento, deve sempre orientar-se a buscar a superação da exclusão social e da discriminação, aqui especificamente a racial (Baptista, 2015).

Reconhecemos que o racismo é estrutural e que a sua manutenção tem correlação direta com o sistema capitalista, ou seja, está vinculada aos pilares da sociedade contemporânea e, portanto, mantém-se por fatores que transcendem os posicionamentos e atitudes individuais. Entretanto, não há como ignorar que a individualidade tenha também certo peso para a manutenção desta estrutura, uma vez que,

[...] pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas. Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ético e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (Almeida, 2019, np.).

Como vimos, quando se trata de branquitude temos diversos segmentos e camadas a serem observadas, sendo uma delas a ausência de autocrítica aqui

especialmente quanto ao seu papel na reprodução do racismo. Como ilustração desta última, temos a pesquisa realizada pelo Poder Data<sup>32</sup> em 2020, a qual identificou que, embora 81% das pessoas identifiquem a existência de racismo no Brasil, só 34% destas admitem ter preconceito contra negros. A partir destes dados, podemos fazer o seguinte questionamento: se de fato somente uma parcela diminuta da população reproduzisse o racismo, poderia então esta estrutura ser ainda tão potente? Pois bem, uma possível explicação está na afirmação de Almeida de que o racismo enquanto elemento subjetivo é identificado, mas as atitudes objetivas que o perpetuam são negadas. É então necessário que haja essa autocrítica e, aliada a esta, Angela Davis<sup>33</sup> acrescenta uma nova camada, um estado ativo. Davis, ao longo de sua trajetória reforça constantemente que, para o rompimento do racismo, não ser racista não é o bastante, é necessário acima de tudo ser antirracista. Sendo assim, a postura antirracista, prescinde o reconhecimento do racismo que se pratica por ação e omissão, mas também requer uma postura ativa na defesa da pauta étnico-racial. Em consonância, Moreira afirma que

[...] enquanto indivíduos brancos que reconhecem que a supremacia branca não tem razão de existir permanecem omissos no processo, o privilégio destes e daqueles brancos que acreditam na brancura como condição ideal de ser humano é mantido, o que faz com que negro sem qualquer conhecimento sobre seus valores culturais e sociais encontrem no processo de branqueamento a única forma de integração social. Assim são impedidos de formar uma identidade negra positiva, baseada no resgate de valores individuais e coletivos em nome de uma nova percepção de si e do mundo social, perpetuando valores depreciativos e estereotipados que se arrastam ao longo dos anos (2014, p. 85).

E como as(os) assistentes sociais podem intervir de modo a contribuir com este processo de tomada de consciência? Para responder a tal questionamento, cabe primeiramente abrirmos um parêntese para uma breve contextualização acerca da dimensão socioeducativa do trabalho em Serviço Social, a qual “[...] explicita a função social e educativa da profissão a partir das bases que fundamentam a atuação profissional [...]” (Moljo; Parreira; Ramos, 2018, p. 7).

---

<sup>32</sup> Para aprofundamento acessar: FREIRE, Sabrina. Poder360. **81% veem racismo no Brasil, mas só 34% admitem preconceito contra negros.** 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/81-veem-racismo-no-brasil-mas-so-34-admitem-preconceito-contr-a-negros/>. Acesso em: 10 de jun. de 2024.

<sup>33</sup> Angela Davis é escritora, professora e filósofa estadunidense que tem como campo de estudo as relações raciais, a mais conhecida de suas obras é intitulada “Mulheres, Raça e Classe” e foi publicada nos anos 80. Sua trajetória também é marcada pela por ter integrado os “Panteras Negras”, movimento que teve importante papel no enfrentamento ao racismo nos Estados Unidos e que é tido como referência até os dias atuais para aqueles que lutam pela igualdade racial.

Esta dimensão possui características específicas, dentre elas, pode-se destacar sua vinculação com a organização da cultura, podendo influenciar na maneira de agir e pensar dos sujeitos. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais possuem um viés educativo que traz em si um componente ideológico (Moljo; Parreira; Ramos, 2018, p. 8).

Sendo assim,

[...] a função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática (Abreu, 2011, p. 17).

Considerando a orientação progressista que hoje a profissão assume majoritariamente, esse cunho socioeducativo é então voltado a instigar o pensamento crítico como ferramenta para superação da alienação. A dimensão socioeducativa perpassa todas as dimensões do trabalho em Serviço Social, mas é verificada essencialmente na atuação diretamente ligada aos sujeitos atendidos.

Diante disso, pensemos aqui na branquitude e neste potencial que o trabalho em Serviço Social tem de intervir de modo a desanuviar a visão que estes sujeitos têm acerca das relações e da estrutura racial. Assim, tendo como norte instigar que o sujeito alvo de intervenção inicie um processo de leitura dialética da realidade, é munida(o) especialmente da historicidade e da totalidade que envolvem os dois fenômenos sociais que a(o) assistente social desenvolve o trabalho sócio-educativo. Neste, cabe a(o) assistente social apresentar as minúcias que, por vezes, o próprio sistema racista busca ocultar, o contexto de pilhagem e violência que transpassam tanto os quase quatro séculos de escravidão, quanto o período pós abolição, o abandono e a marginalização do negro por parte do Estado, as diversas tentativas de desumanização e estigmatização vivenciadas por essa população e as consequências objetivas e subjetivas destes fatores na sociedade contemporânea.

Em uma perspectiva individual, há que se desvelar também o racismo que está implícito em suas ações e omissões e no entorno deste indivíduo, nos seus círculos de convivência e no contexto social em que se insere, bem como revelar o que decorre objetiva e subjetivamente destas reproduções individuais do racismo. Por fim, e de forma imperiosa, há que situar esses sujeitos acerca da sua inserção nas relações raciais desconstruindo o ideário de que estes se excluem delas. É elementar trazer-lhes a noção de que, embora seja uma categoria contraditória, a raça é também algo que lhe perpassa enquanto pessoa branca e que é também

determinante para a construção de suas subjetividades e para a sua inserção na sociedade, que não está restrita somente ao outro. Ademais, além de apresentar-lhe fatos, há que instigar questionamentos buscando o rompimento da alienação decorrente das próprias relações de opressão e responsável por sua perpetuação por meio do pensamento crítico.

É nesse desvelar repleto de camadas que o processo de autoconsciência se inicia e é também por meio dele que são produzidos significados e ressignificadas ações e posicionamentos que podem de fato contribuir para a superação do racismo. Portanto, se para potencializar a emancipação da classe trabalhadora faz-se necessário romper com a alienação de modo que esta identifique as opressões sofridas e as relações de poder que lhe são impostas, para o rompimento do racismo e a promoção de uma postura antirracista, há que se promover a apreensão deste enquanto fator basilar para a construção da sociedade. Além disso, e talvez uma tarefa ainda mais desafiadora, há que se fomentar a visão crítica, especialmente das pessoas brancas acerca de si mesmas, fazendo-as refletir acerca da sua própria racialização e dos privilégios que decorrem desta.

Assim como é recente o movimento de trazer a branquitude para a centralidade da pauta racial, o trabalho socioeducativo junto a esta consiste também em um novo desafio que se coloca para a atuação profissional em Serviço Social. Sendo assim, em nível macro, cabe às(aos) assistentes sociais, debruçarem-se sobre a temática, de modo a entender suas particularidades, bem como trazê-la para a centralidade da discussão coletiva da profissão. Ademais, por meio da instrumentalidade,<sup>34</sup> cabe a estas(es) incorporar a pauta também ao seu fazer profissional junto ao público atendido. Uma possível materialização disso, pode de dar, conforme orientado pelas próprias entidades representativas da categoria na nota técnica aqui mencionada, com a simples coleta do dado acerca do quesito raça/etnia quando da entrevista social. Sendo que, o próprio questionamento acerca da autodeclaração étnico-racial para coleta do dado pode ser utilizado enquanto disparador para a reflexão do indivíduo alvo de intervenção, bem como para uma apreensão inicial por parte do profissional acerca dos aspectos a serem abordados junto a este.

Deste modo, mesmo que dentro das possibilidades e singularidades de cada espaço de atuação profissional, faz-se fundamental que ela ocorra de modo a

---

<sup>34</sup> Consiste na articulação entre teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

fomentar processos reflexivos e de construção de saberes que busquem o enfrentamento ao racismo estrutural.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Um sorriso negro, um abraço negro  
Traz....felicidade  
Negro sem emprego, fica sem sossego  
Negro é a raiz da liberdade  
..Negro é uma cor de respeito  
Negro é inspiração  
Negro é silêncio, é luto  
negro é...a solidão  
Negro que já foi escravo  
Negro é a voz da verdade  
Negro é destino é amor  
Negro também é saudade..<sup>35</sup>*

Ao longo do presente estudo, com o intuito de responder ao problema de pesquisa delimitado, foram realizadas aproximações especialmente no que tange aos aspectos históricos relevantes para as temáticas aqui delimitadas como centrais, quais sejam o racismo, a branquitude e o trabalho em Serviço Social.

Enquanto aproximação inicial, recapitulamos os processos de pilhagem e de tráfico de africanos escravizados capitaneados pelos europeus e que teve o Brasil como destino final da grande maioria das milhões de pessoas raptadas de seus locais de origem. A partir dessa sistematização, pode-se apreender não somente o quão violento foi o processo de escravização ocorrido aqui, mas também as especificidades e contradições que permearam o longo processo que culminou na abolição que, por vezes, ainda hoje é simplificado e tratado de forma romantizada como uma concessão benevolente no Estado brasileiro, apagando as lutas e as disputas de interesses que o marcaram. Ainda, evidenciou-se o movimento de marginalização gradual da população de ex-escravizados que, encabeçado pelo Estado, foi responsável por deixar essas pessoas à sua própria sorte, sem nenhum tipo de fomento à inclusão social, quiçá de garantia de acesso ao mínimo existencial.

Como desdobramento dessa reflexão, fez-se necessário também

---

<sup>35</sup> Trecho da canção “Sorriso Negro” de Dona Ivone Lara, parte do álbum Sorriso Negro lançado em 1981.

contextualizarmos como se cunha, modifica e cristaliza a categoria raça, que foi responsável por atribuir não somente valor, mas preço à população racializada, desprovendo esta de sua humanidade. Categoria que foi determinante para a construção dos alicerces da sociedade brasileira e que, conforme demarcado, segue tendo forte influência especialmente sobre aquelas pessoas a quem lhe é atribuída.

Partindo do racismo, mas tendo como foco de abordagem a branquitude, evidenciamos algumas das particularidades desse grupo, sendo que, entre as particularidades apreendidas, verificou tratar-se em verdade de um grupo heterogêneo, havendo então “branquitudes” dotadas de singularidades. Embora compartilhem do componente da brancura e da manutenção de um status de privilégio decorrente desta, estas segmentam-se de acordo com sua relação individual com o racismo e o ideário de supremacia racial e, a partir deste crivo, buscamos delimitar os conceitos de branquitude crítica e acrítica. Ademais, evidenciou-se como o processo de autocrítica, desses sujeitos portadores de brancura, constitui-se enquanto fator determinante para uma possível ruptura das relações de desigualdade e para o enfrentamento do racismo.

Na segunda etapa deste estudo, dedicamo-nos a entender como o racismo e o Serviço Social se conectam e se transpassam ao longo do tempo. Para tal, foi preciso voltarmos nosso olhar ao período pós-abolição, onde vimos um racismo que, à época, utilizava-se da roupagem e do ideário da eugenia e do higienismo como forma de abrir passagem e promover uma aceitação da sociedade e do Estado. Vimos como, contemporâneo a este contexto, o Serviço Social aos poucos se materializa e se constitui enquanto profissão e como, por um determinado período, o higienismo eugênico e o Serviço Social compartilharam, em partes, dos mesmos ideais. Como ambos emergem embasando-se pelo positivismo e como movimentaram-se, dadas as devidas proporções, na busca por um enquadramento daqueles tidos como desajustados - que não coincidentemente eram também pobres e racializados - de modo a promover o progresso da sociedade por meio do ajustamento social. Embora constitua-se vinculada aos valores conservadores e racistas incrustados e naturalizados na sociedade da época, o Serviço Social, ao longo de sua existência, trilha um caminho que vai na contramão destes. Conforme evidenciado, com o movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo, o Serviço Social paulatinamente assume um caráter progressista e assume o enfrentamento das mazelas sociais, inclusive aquelas decorrentes do racismo, como

projeto ético-político, ou seja, como um compromisso na atuação profissional.

Especificamente quanto ao trabalho em Serviço Social, evidenciou-se como ele assume um caráter emancipacionista ao longo de sua trajetória e como traz pautas humanitárias para a centralidade de suas discussões e atuação. Sendo uma dessas pautas o enfrentamento a todos os tipos de preconceitos e, portanto, englobando o racismo como uma delas. Isto posto, destacou-se como possibilidades para a atuação das(dos) assistentes sociais no enfrentamento ao racismo, três pilares principais, quais sejam: a intervenção junto daqueles que têm o racismo lhe imposto, potencializando sua criticidade e senso de coletividade, de modo a impulsionar o seu protagonismo na defesa de seus direitos; a defesa da pauta étnico-racial dentro das instituições onde se insere enquanto trabalhador(a); o trabalho socioeducativo junto à branquitude, tendo esta o potencial pedagógico de instigar um despertar da alienação e, portanto, o início de um processo de autocrítica destes sujeitos.

Partindo dos achados obtidos no decorrer deste trabalho, é importante nos atentarmos ao fato de que, mesmo passados 136 anos desde a abolição da escravatura, entre avanços e retrocessos, pouco de fato evoluímos quando a questão é a superação do racismo. A população racializada segue à margem da sociedade subjetiva e objetivamente, acessando os postos de trabalho mais precarizados e subalternos, tendo moradias precarizadas e relegadas aos locais periféricos das cidades, sem uma real inclusão na sociedade e ainda sem a garantia de direitos básicos. Como ilustração dessa desigualdade, podemos utilizarmo-nos de um destaque feito a partir dos dados de mortes causadas pela Covid-19, que, no ano de 2020, teve as pessoas racializadas também como maiores alvos. Segundo dados do Ministério da Saúde, “em todas as faixas de idade de zero a 69 anos pessoas pretas e pardas morreram mais do que as brancas por Covid-19” (Barros, 2021, sp.). Dados estes que refletem o acesso dificultado e, por vezes, o não acesso à políticas públicas como a de saúde, ademais, também reflete uma realidade vivenciada especialmente à época, a impossibilidade de cumprir o distanciamento social recomendado como prevenção ao vírus. Ora, isolar-se quando é preciso manter-se trabalhando para garantir a própria sobrevivência e, quando possível, como distanciar-se quando o território onde reside conta com uma superpopulação e quando nas próprias residências famílias numerosas dividem espaços limitados?

Da mesma forma são também estes os corpos que mais sofrem com a

violência, um caso emblemático e contemporâneo à pandemia da Covid-19, foi o assassinato do afro-americano George Floyd<sup>36</sup>. Embora tenha ocorrido nos Estados Unidos, o caso gerou revolta e mobilização a nível mundial e escancarou ainda mais a violência policial que é tão recorrente, especialmente no Brasil. A morte brutal de George em local público, à luz do dia e perante testemunhas, materializa a crítica feita por Aldir Blanc e João Bosco<sup>37</sup> em “De frente pro crime,” ainda na década de 1970, uma vez que, ainda hoje o negro segue sendo “o corpo estendido no chão” para quem o Estado e a sociedade “fecha a janela que está de frente para o crime”.

Ademais, sendo essa população, como referido, a mais relegada à residir nas periferias - que de fato correspondem geograficamente às margens, encostas e territórios mais íngremes das cidades - é também esta a mais atingida por eventos climáticos extremos. Contemporâneo ao período de elaboração deste trabalho, por exemplo, o Rio Grande do Sul vivenciou a maior catástrofe climática de sua história<sup>38</sup>, enchentes sem precedentes que devastaram cidades inteiras e causaram diversas mortes. Não coincidentemente, foram os bairros mais vulneráveis também os mais atingidos pelas águas, tenha sido por alagamentos ou por deslizamentos de terra, as perdas foram imensuráveis e aquelas famílias, que pouco tinham, viram-se precisando iniciar suas vidas do zero, em meio ao caos. Aqui destacamos somente os danos imediatos e mais evidentes desta tragédia, no entanto, não há como desconsiderar que seus efeitos devem ser percebidos ainda a médio e longo prazo, fazendo com que, principalmente estas pessoas, sejam ainda revitimizadas por um longo período.

Diante do exposto, percebe-se que o racismo encontra-se ainda incrustado na sociedade e presentifica-se por meio de diversas expressões da questão social, tanto de forma objetiva por meio da discriminação, quanto de forma subjetiva pela violência estrutural ou pelo não acesso a direitos básicos e à cidadania. Ademais, no cenário atual, a perpetuação do neoliberalismo e, com ele e somado a ele, o recrudescimento do conservadorismo - que se modificam e assumem roupagens diversas de acordo com o contexto histórico-político como forma de angariar novos

---

<sup>36</sup> Ver mais em: ACEGIS - ONGD. **Racismo e Violência Policial: O caso de George Floyd**. 2022. Disponível em: <https://www.acegis.com/2021/05/racismo-e-violencia-policial-o-caso-de-george-floyd/>. Acesso em: 15 de jun. de 2024.

<sup>37</sup> Trechos da música “De frente pro crime” composta por Aldir Blanc e João Bosco, que faz parte do álbum *Caça à Raposa*, gravado por João Bosco em 1975.

<sup>38</sup> Ver mais em: DW. **Enchente de 2024 no Rio Grande do Sul**. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/enchente-de-2024-no-rio-grande-do-sul/t-69084010>. Acesso em: 15 de jun. de 2024.

adeptos, mas permanecem sempre à espreita - implicam diretamente na agudização também dos retrocessos relacionados à direitos sociais, reprodutivos e tantos outros, fator que reflete diretamente também no aprofundamento das desigualdades sociais, dos preconceitos e violências.

Portanto, inclusive em cumprimento ao compromisso firmado em seu projeto ético-político, faz-se fundamental a atuação profissional de modo a fazer o enfrentamento às expressões da questão social decorrentes do racismo, entretanto, somada a esta, também é essencial que se promova o debate acerca deste enquanto macroestrutura - desvendando também suas ramificações e roupagens, tal qual a branquitude - nos espaços de inserção da profissão. Ainda, é imprescindível que a profissão reconheça como ele, enquanto fenômeno social, influenciou e, de certa maneira, segue transpassando a profissão em diversos aspectos. Tais ações acabam inclusive por materializar a necessária reafirmação dos compromissos ético-políticos firmados e que, considerando os contextos de constante disputa ideológica onde as(os) profissionais se inserem, carecem de ratificação constante.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 1996. Disponível em: [http://www.cressrs.org.br/docs/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares.pdf](http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf). Acesso em: 24 de maio de 2024.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. *In*: SCHWARCZ, Lilia Mortiz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. Companhia das Letras, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/SCHWARCZ--GOMES-2018.-Dicion%C3%A1rio-da-escravid%C3%A3o-e-liberdade.pdf>. Acesso em: 09 de abr. de 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Luciana. Afinal, o que é branquitude? *In*: EURICO, Márcia Campos; *et. al.* (org.). **Antirracismos e serviço social**. Cortez. São Paulo. 2022.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Fim do tráfico. *In*: SCHWARCZ, Lilia Mortiz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. Companhia das Letras, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/SCHWARCZ--GOMES-2018.-Dicion%C3%A1rio-da-escravid%C3%A3o-e-liberdade.pdf>. Acesso em: 09 de abr. de 2024.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. 3. ed. São Paulo: Editora Veras, 2015.

BARROS, Alerrandre. Agência IBGE Notícias. **Síntese de Indicadores Sociais: Homens pretos e pardos morreram mais de Covid do que brancos em 2020**. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32414-homens-pretos-e-pardos-morreram-mais-de-covid-do-que-brancos-em-2020>. Acesso em: 15 de jun. de 2024.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1934. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 26 de maio de 2024.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. 1988. Disponível em: [https://planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 21 de jun. de 2024.

CARDOSO, Lourenço. Retrato do branco racista e anti-racista. **Reflexão E Ação**, 18(1), 46-76, 2010. <https://doi.org/10.17058/rea.v18i1.1279>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1279>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

CARDOSO, Lourenço. A Branquitude Acrítica Revisitada e as Críticas. *In*: MÜLLER, Tania Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris. 2017.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e Projetos Profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas: Papel Social, 2013.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo da racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2023.

CARRARO, Gissele; PRATES, Jane Cruz. “Na prática a teoria é outra” ou separar é armadilha do capitalismo? **Argum.**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 161-171, maio/ago. 2017. DOI: <http://10.18315/argum..v9i2.15424>. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14821/2/Na\\_pratica\\_a\\_teorica\\_e\\_outra\\_ou\\_separar\\_e\\_armadilha\\_do\\_capitalismo.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14821/2/Na_pratica_a_teorica_e_outra_ou_separar_e_armadilha_do_capitalismo.pdf). Acesso em: 30 de nov. de 2023.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CORD, Marcelo Mac; SOUZA, Robério S. Trabalhadores livres e escravos. *In*: SCHWARCZ, Lilia Mortiz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. Companhia das Letras, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/SCHWARCZ--GOMES-2018.-Dicion%C3%A1rio-da-escravid%C3%A3o-e-liberdade.pdf>. Acesso em: 09 de abr. de 2024.

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. Nomear a Branquitude. Uma pesquisa entre homens brancos no Rio de Janeiro. *In*: MÜLLER, Tania Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. **Boletim especial: As dificuldades da população negra no mercado de trabalho**. 2023. Disponível em : <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.html>. Acesso em: 02 de maio de 2024.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2. ed. São Paulo: Contexto. 2015.

EURICO, Márcia Campos. CFESS. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>. Acesso em: 07 de jun. de 2024.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. 1941. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 02 de maio de 2024.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não marcada. *In*: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e culturalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓES, Weber Lopes. Racismo e eugenia na formação social brasileira. *In*: EURICO, Márcia Campos; *et al.* (org.). **Antirracismos e serviço social**. Cortez: São Paulo. 2022.

GONÇALVES, Renata. Mulheres negras na gênese do Serviço Social: reflexões sobre a encruzilhada dos sistemas interligados de dominação e exploração. *In*: EURICO, Márcia Campos; *et al.* (org.). **Antirracismos e serviço social**. Cortez: São Paulo. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_, Marilda V.. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LAROCCA, Liliana Müller. **Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a Escola Paranaense (1886-1947)**. 2009. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, 2009. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/41415>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez. 2011.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Legislação emancipacionista, 1871 e 1885. *In*:

SCHWARCZ, Lilia Mortiz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. Companhia das Letras, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/SCHWARCZ--GOMES-2018.-Dicion%C3%A1rio-da-escravid%C3%A3o-e-liberdade.pdf>. Acesso em: 09 de abr. de 2024

MIRANDA, Jorge Hilton de Assis. Branquitude Invisível - Pessoas Brancas e a Não Percepção dos Privilégios: verdade ou hipocrisia? In: MÜLLER, Tania Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris. 2017.

MOLJO, Carina Berta; PARREIRA, Janaina Aparecida; RAMOS, Tamara Duarte. A Dimensão Socioeducativa Do Serviço Social: reflexões sobre as ações profissionais desenvolvidas no CRAS. v. 1 n. 1 (2018): **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22386>. Acesso em: 14 de jun. de 2024.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOREIRA, Camila. Branquitude É Branquitude? Uma Revisão Teórica Da Aplicação Dos Termos No Cenário Brasileiro. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, 6(13), 73–87, 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/151>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

MOURA, Clóvis. O Negro, de bom escravo a mau cidadão? 2. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Cleiton. **A prole de Caim e os descendentes de Cam: legitimação da escravidão em Portugal e a influência das Bulas Dum diversas (1452 e Romanus Pontífex (1455))**. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2017. Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1161>. Acesso em: 25 de mar. de 2024.

PIZA, Edith. Porta de Vidro: entrada para a branquitude. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (org.). **Psicologia Social do Racismo**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2014.

PRATES, Jane Cruz. O método e a teoria marxiana. In: OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; *et al.* (org.). **Marx hoje: pesquisa e transformação social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1995.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco e o “branquíssimo”:** **raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Afinal, para que estudamos a branquitude? *In:* Ibirapitanga; SCHUCMAN, Lia Vainer (org.). **Branquitude: diálogos sobre racismo e antirracismo.** São Paulo: Fósforo. 2023.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, nº 89, 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472022v42n89-06>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/TLsppHZdSyVtfKjZbRx9qXK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 de jun. de 2024.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social.** 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: 03 de jun. de 2024.